

**MUNICÍPIO DE TOLEDO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2024**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para adequações das piscinas públicas do Município de Toledo/PR, compreendendo o fornecimento de equipamentos, materiais e a realização das instalações necessárias, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 874.542,61 (oitocentos e setenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e dois reais e sessenta e um centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: “ABERTO”

LOTES 03, 04, 05, 06 e 09 - AMPLA CONCORRÊNCIA - Aberta à participação de todos os interessados que atendam aos requisitos desde edital.

LOTES 01, 02, 07 e 08 - EXCLUSIVO OU COTA EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as xxhxxmin do dia XX DE XXXXX DE 2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às xxhxxmin do dia XX DE XXXXX DE 2024.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às xxhxxmin do dia XX DE XXXXX DE 2024.

LOCAL: www.bll.org.br

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE TOLEDO**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.205.806.0001-88, por meio de seu Pregoeiro André Dalla Vecchia, nomeado pela Portaria nº 1, de 2 de janeiro de 2024, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda www.bll.org.br, conforme convênio de cooperação técnica celebrado entre o Município de Toledo e a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município de Toledo, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda www.bll.org.br.

1.3 - O sistema de pregão eletrônico da Bolsa Licitações e Leilões do Brasil é certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

1.4 - O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços e operacionalização e uso do sistema.

1.5 - O Licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos neste Edital.



1.6 - Dúvidas em relação à operacionalização do sistema, como forma de anexar documentos ou operar durante a fase de disputa, por exemplo, devem ser direcionadas diretamente ao suporte da plataforma, não havendo conhecimento técnico dos servidores para prestar tais informações.

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para adequações das piscinas públicas do Município de Toledo/PR, compreendendo o fornecimento de equipamentos, materiais e a realização das instalações necessárias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 - A licitação será dividida em LOTES, conforme tabela constante do Anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos LOTES forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2.3 - VISITA FACULTATIVA

2.3.1 - A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h00 às 11h30 e das 13h30 à 16h30.

2.3.2 - Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

2.3.3 - Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

2.3.4 - Para a vistoria, o representante da empresa deverá realizar o agendamento prévio através do telefone (45) 3196-2324, e será acompanhado pelo servidor Franz Menegasso, ou outro especialmente designado para isso.

2.3.5 - A vistoria poderá ser realizada em até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para a realização da licitação, desde que devidamente agendada e no horário designado.

2.3.6 - Todos os custos de transporte, deslocamento e afins para a realização da vistoria ficarão a cargo da interessada, inclusive o deslocamento de servidor designado para acompanhamento.

2.3.7 - Não será admitida vistoria no local da prestação do serviço sem o devido agendamento, autorização e acompanhamento de servidor designado para este fim.

2.3.8 - A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

2.3.9 - O representante do Município emitirá atestado de que a licitante realizou a vistoria e, portanto, tomou conhecimento de todas as informações e das condições e peculiaridades dos locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

2.3.10 - Conforme artigo 63, §3º, a vistoria poderá ser substituída por declaração formal assinada pela licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, **conforme exigido no item 9.5.4 deste documento.**

3 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES BLL

3.1 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: <https://bllcompras.com>.



3.2 - A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.4 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

3.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.7 - Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.8 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.9 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.10 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

4 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil pertencentes ao ramo do objeto licitado, que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, para o respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda e que desempenhem atividade compatível com o objeto desta Licitação.

4.1.1 - Para os lotes 01, 02, 07 e 08, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

4.1.2 - A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



4.1.3 - Embora o parcelamento do objeto seja a regra para as contratações públicas, conforme prevê o inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, para o presente objeto julgou-se inoportuno o parcelamento, tendo em vista que a divisão do objeto se mostra tecnicamente inviável e economicamente desfavorável à administração. O objeto é constituído de diversos itens e serviços interdependentes, e por este motivo, devemos considerar um serviço único, sendo inviável o parcelamento da solução

4.2 - O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

4.3 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4 - Não poderão disputar esta licitação:

4.4.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.4.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.4.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.4.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.4.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.4.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.4.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.4.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.4.9 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.4.10 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5 - O impedimento de que trata o item 4.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua



controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.6 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.4.2 e 4.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.7 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.8 - O disposto nos itens 4.4.2 e 4.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.9 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.10 - A vedação de que trata o item 4.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para recebimento da proposta.

5.3 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.3.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote;

5.3.2 - Nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.4 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a data e horário fixado para recebimento das propostas.

5.5 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



5.7 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.7.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.7.2 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.8 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.8.1 - Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.8.2 - Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.9 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.10 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.11 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a)** Valor unitário do lote;
- b)** Marca;
- c)** Fabricante;
- d)** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



6.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.9.1 - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 6.7.

6.10 - O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até o horário estabelecido para o seu recebimento.

7.2.1 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6 - O lance deverá ser ofertado pelo valor *global do lote*.

7.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).



7.10 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.11 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “ABERTO”.

7.12 - Para o envio de lances no pregão eletrônico nesse modo de disputa, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5 - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).



7.19.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20.2 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.21 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.4 - O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



7.21.5 - O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta final ajustada, declaração contendo informações para assinatura do contrato, conforme Anexo V do Edital.

7.21.6 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 - DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- b)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.2.1 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.2.2 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.3 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.4 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.1 e 5.3 deste edital.

8.5 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.6 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a)** Contiver vícios insanáveis;
- b)** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c)** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d)** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1 - A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a)** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b)** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



8.8 - Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 - Para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2 - Habilitação Jurídica

9.2.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.2 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.3 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.4 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

9.2.5 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.6 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.2.7 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);



9.2.8 - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#);

9.2.9 - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165);

9.2.10 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3 - Habilitação fiscal, social e trabalhista:

9.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.7 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.3.8 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4 - Qualificação Econômico-Financeira:

9.4.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#); (Caso não conste na Certidão o prazo de validade da mesma, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados da data da sua emissão).

9.5 - Declarações:

9.5.1 - Declarações Unificadas (conforme Anexo IV do Edital): O licitante deverá apresentar também, para fins habilitatórios, o documento **Declarações Unificadas**, de acordo com o modelo constante no Anexo IV do Edital, que contém:



- a) Declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade que tenha sido expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo;
- b) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- d) Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- e) Declaração para fins do exigido pelo artigo 130, da Lei Orgânica do Município de Toledo;
- f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g) Declaração de enquadramento em regime de tributação de microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser um ME ou EPP).

9.5.2 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.5.3 - A falsidade das declarações tratadas neste item sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

9.5.4 - CONHECIMENTO DO LOCAL:

9.5.4.1 - A licitante deverá tomar conhecimento de todas as informações, das condições e das peculiaridades da contratação e dessa forma cumprir as obrigações objeto da licitação. Para isso a licitante deverá apresentar um dos seguintes documentos:

9.5.4.1.1 - Atestado emitido pelo representante do Município de que o licitante realizou a vistoria prevista no [item 2.3](#), e, portanto, tomou conhecimento de todas as informações, das condições e peculiaridades dos locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, ou

9.5.4.1.2 - Declaração da própria licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições e peculiaridades da contratação para o cumprimento das obrigações objeto da licitação devidamente assinada pelo responsável técnico do licitante (Lei nº 14.133, de 2021, art. 63, §3º).

9.6 - Qualificação Técnica ou Requisitos do Objeto:

9.6.1 - No momento do certame, apresentar comprovação de aptidão para a execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.6.1.1 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.6.1.1.1 - Fornecimento de ao menos 1 (um) equipamento de cada tipo equivalentes aos do objeto deste contrato, sendo: Motobomba, Filtro de areia e Aquecedor/bomba de calor, incluindo as instalações elétricas e hidráulicas destes equipamentos;

9.6.2 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.



9.6.3 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.6.4 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.7 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.8 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.8.1 - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.9 - Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.9.1 - A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

9.9.2 - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.9.3 - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.9.4 - O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

9.9.5 - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.9.6 - Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.9.7 - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



9.10 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.11 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.11.1 - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.12 - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.12.1 - Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.13 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.14 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.15 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.16 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais em plataformas ou cadastros (PNCP, SICAF, BLL) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.16.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.17 - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.17.1 - Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no máximo, duas horas úteis, contado da solicitação do pregoeiro.

9.18 - A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.18.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.19 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [Decreto Municipal nº 722/2023, art. 72](#)):

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.20 - Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro ou a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.21 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observando o prazo disposto no subitem 9.17.1.

9.22 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10 - DOS RECURSOS

10.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo quinze minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.3 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.4 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.5 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.6 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.7 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.9 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.10 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.11 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.toledo.pr.gov.br/>.

11 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada, no e-mail:



comissao.licitacao@toledo.pr.gov.br, no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.2 - O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta final ajustada, declaração contendo informações para assinatura do contrato, conforme Anexo V do Edital.

11.3 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.

11.3.1 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a CONTRATADA.

11.4 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (limitada a 03 (três) casas após a vírgula) e o valor global em algarismos e por extenso.

11.4.1 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.5 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.6 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.7 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13 - DO CONTRATO

13.1 - Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

13.2 - O adjudicatário terá o prazo de **02 (dois)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



13.3 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.4 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.5 - A CONTRATADA reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6 - O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua assinatura, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, prorrogável desde que devidamente justificado, por período não superior ao prazo inicialmente contratado.

13.6.1 - O prazo máximo para execução é de até 150 (cento e cinquenta) dias contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço;

13.7 - Previamente à contratação a Administração poderá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

13.8 - Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, poderá ser exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

13.9 - Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

14 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 - Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	6850	09.002.12.361.0024.6080	104	4.4.90.52.39.00	De Exercícios Anteriores
2024	6860	09.002.12.361.0024.6080	107	4.4.90.52.39.00	De Exercícios Anteriores
2024	19160	16.002.08.241.0048.2189	0	4.4.90.52.39.00	De Exercícios Anteriores
2024	6830	09.002.12.361.0024.6080	0	4.4.90.52.39.00	De Exercícios Anteriores
2024	9390	10.001.27.122.0002.2098	0	3.3.90.39.16.00	Do Exercício
2024	9440	10.001.27.122.0002.2098	0	4.4.90.52.39.00	De Exercícios Anteriores
2024	6720	09.002.12.361.0024.6080	0	3.3.90.39.16.00	De Exercícios Anteriores
2024	6730	09.002.12.361.0024.6080	103	3.3.90.39.16.00	Do Exercício
2024	6750	09.002.12.361.0024.6080	107	3.3.90.39.16.00	Do Exercício
2024	9390	10.001.27.122.0002.2098	0	3.3.90.39.16.00	De Exercícios Anteriores
2024	19120	16.002.08.241.0048.2189	0	3.3.90.39.16.00	De Exercícios Anteriores
2024	6850	09.002.12.361.0024.6080	104	4.4.90.52.39.00	Do Exercício



2024	4100	07.002.14.243.0018.6055	0	4.4.90.52.39.00	Do Exercício
2024	19160	16.002.08.241.0048.2189	0	4.4.90.52.39.00	Do Exercício
2024	4050	07.002.14.243.0018.6055	0	3.3.90.39.16.00	Do Exercício
2024	6740	09.002.12.361.0024.6080	104	3.3.90.39.16.00	Do Exercício
2024	6840	09.002.12.361.0024.6080	103	4.4.90.52.39.00	Do Exercício
2024	4100	07.002.14.243.0018.6055	0	4.4.90.52.39.00	De Exercícios Anteriores
2024	19120	16.002.08.241.0048.2189	0	3.3.90.39.16.00	Do Exercício
2024	6720	09.002.12.361.0024.6080	0	3.3.90.39.16.00	Do Exercício
2024	6860	09.002.12.361.0024.6080	107	4.4.90.52.39.00	Do Exercício
2024	6830	09.002.12.361.0024.6080	0	4.4.90.52.39.00	Do Exercício
2024	4050	07.002.14.243.0018.6055	0	3.3.90.39.16.00	De Exercícios Anteriores
2024	9440	10.001.27.122.0002.2098	0	4.4.90.52.39.00	Do Exercício

15 - DA FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO

15.1 - A Prefeitura do Município de Toledo procederá à emissão do empenho, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos, na legislação vigente, e na proposta do licitante vencedor, relacionando-se os produtos pretendidos e suas quantidades, devendo a entrega ser efetuada conforme o item 17 deste edital.

15.2 - A não entrega dos materiais de acordo com o solicitado, implicará na decadência do direito do licitante ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/21.

15.3 - Os prazos de que tratam o item 16, poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

16 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 - Os critérios de recebimento e as rotinas de fiscalização do objeto encontram-se pormenorizadas no Termo de Referência, anexo deste edital.

17 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

17.1 - As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste edital.

18 - DO MODELO DE GESTÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1 - Os critérios para gestão, revisão e extinção contratual encontram-se pormenorizadas no Termo de Referência, anexo deste edital.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 - As obrigações da Contratante e da Contratada encontram-se pormenorizadas no Termo de Referência, anexo deste edital.

20 - DO REAJUSTE (art. 92, V)

20.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

20.1.1 - O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas pesquisas de mercado realizadas em meados de julho de 2023.

20.2 - O reajuste deverá ser solicitado pelo contratado ou por qualquer dos signatários do contrato, de acordo com os índices e data-base indicados, formalizado mediante aditivo.



20.3 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

20.4 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s). Secretaria de Administração, através do Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

20.5 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

20.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.7 - O reajuste será realizado por apostilamento.

21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

21.2.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

21.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

21.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

21.2.4 - Multa:

- a) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- b) Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;

21.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

21.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).



- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.6 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º).

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

21.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

21.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

21.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

21.11 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

22 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

22.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

22.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**23 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

23.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

23.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

23.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail comissao.licitacao@toledo.pr.gov.br.

23.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.5 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro ou Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação e devidamente publicada.

23.6 - Acolhida ou rejeitada a impugnação será definida e publicada nova data para realização do certame ou declarada sua nulidade.

24 - DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

24.1 - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 720, de 05 de outubro de 2015. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

25 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

25.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

25.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



25.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.9 - Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda www.bll.org.br e as especificações constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às últimas.

25.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.toledo.pr.gov.br/>.

25.11 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a)** ANEXO I - Descrição Detalhada do Objeto
- b)** ANEXO II - Termo de Referência
 - Apêndice do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar
- c)** ANEXO III – Modelo de Proposta
- d)** ANEXO IV – Declarações Unificadas
- e)** ANEXO V – Declarações para fins de assinatura do contrato
- f)** ANEXO VI - Minuta de Termo de Contrato

Toledo, 26 de março de 2024

**ANDRE DALLA VECCHIA
PREGOEIRO**



ANEXO I

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para adequações das piscinas públicas do Município de Toledo/PR, compreendendo o fornecimento de equipamentos, materiais e a realização das instalações necessárias, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTES 03, 04, 05, 06 e 09 - AMPLA CONCORRÊNCIA - Aberta à participação de todos os interessados que atendam aos requisitos desde edital.

LOTES 01, 02, 07 e 08 - EXCLUSIVO OU COTA EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

Lote: 1 - LOTE 1: Adequação do sistema da piscina do CERTI Coopagro						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	66021	Bomba de calor para piscina com volume de água entre 55 e 70m³ cop de até 10.9, display led inteligente, controle de aplicativo wi-fi, super silencioso, condensador de titânio, degelo aut., fluido refrigerante gás r32, proteção anti-uv, inversão de ciclo, ventilador frontal - marca referência aq-inverter 16 monofásica - a ser instalado na Piscina do CERTI COOPAGRO.	1,00	UN	27.990,00	27.990,00
2	66023	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,246 m²; vazão de filtragem 11.80m³/h; vazão de lavagem 12.98m³/h, carga de areia 150 kg - marca referência albacete modelo a-220 - a ser instalado na Piscina do CERTI COOPAGRO.	1,00	UN	1.960,00	1.960,00
3	66028	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 3/4"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 50mm. Diâmetro do recalque: 50mm - marca referência albacete modelo app-3 3/4"cv - a ser instalado na Piscina do CERTI COOPAGRO.	2,00	UN	1.360,00	2.720,00
4	66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos	1,00	UN	4.521,21	4.521,21



		hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra). - a ser realizado na Piscina do CERTI COOPAGRO.				
TOTAL						37.191,21
Lote: 2 - LOTE 2: Adequação do sistema da piscina do CERTI Pioneira						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	66021	Bomba de calor para piscina com volume de água entre 55 e 70m³ cop de até 10.9, display led inteligente, controle de aplicativo wi-fi, super silencioso, condensador de titânio, degelo aut., fluido refrigerante gás r32, proteção anti-uv, inversão de ciclo, ventilador frontal - marca referência aq-inverter 16 monofásica - a ser instalado na Piscina do CERTI PIONEIRA.	1,00	UN	27.990,00	27.990,00
2	66023	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,246 m²; vazão de filtragem 11.80m³/h; vazão de lavagem 12.98m³/h, carga de areia 150 kg - marca referência albacete modelo a-220 - a ser instalado na Piscina do CERTI PIONEIRA.	1,00	UN	1.960,00	1.960,00
3	66028	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 3/4"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 50mm. Diâmetro do recalque: 50mm - marca referência albacete modelo app-3 3/4"cv - a ser instalado na Piscina do CERTI PIONEIRA.	2,00	UN	1.360,00	2.720,00
4	66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra). - a ser realizado na Piscina do CERTI PIONEIRA.	1,00	UN	4.627,51	4.627,51
TOTAL						37.297,51
Lote: 3 - Lote 3 - Piscina da Escola Municipal José Pedro Brum (CAIC)						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	66020	Bomba de calor para piscina com volume de água entre 45 e 55m³ cop de até 10.9, display led inteligente, controle de aplicativo wi-fi, super	3,00	UN	21.790,00	65.370,00



		silencioso, condensador de titânio, degelo aut., fluido refrigerante gás r32, proteção anti-uv, inversão de ciclo, ventilador frontal - marca referência aq-inverter 14 monofásica Escola CAIC				
2	66024	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,321 m²; vazão de filtragem 15.40m³/h; vazão de lavagem 16.94m³/h, carga de areia 180kg - marca referência albacete modelo a-225 Escola CAIC	1,00	UN	6.330,00	6.330,00
3	66029	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 1"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 50mm. Diâmetro do recalque: 50mm - marca referência albacete modelo app-4 1"cv Escola CAIC	2,00	UN	1.447,00	2.894,00
4	66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra). Escola CAIC	1,00	UN	8.135,47	8.135,47
TOTAL						82.729,47
Lote: 4 - Lote 4 - Piscina da Escola Municipal Ivo Welter						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	66020	Bomba de calor para piscina com volume de água entre 45 e 55m³ cop de até 10.9, display led inteligente, controle de aplicativo wi-fi, super silencioso, condensador de titânio, degelo aut., fluido refrigerante gás r32, proteção anti-uv, inversão de ciclo, ventilador frontal - marca referência aq-inverter 14 monofásica Escola Ivo Welter	3,00	UN	21.790,00	65.370,00
2	66024	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,321 m²; vazão de filtragem 15.40m³/h; vazão de lavagem 16.94m³/h, carga de areia 180kg - marca referência albacete modelo a-225 Escola Ivo Welter	1,00	UN	6.330,00	6.330,00



3	66029	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 1"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 50mm. Diâmetro do recalque: 50mm - marca referência albacete modelo app-4 1"cv Escola Ivo Welter	2,00	UN	1.447,00	2.894,00
4	66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra). Escola Ivo Welter	1,00	UN	9.053,16	9.053,16
TOTAL						83.647,16
Lote: 5 - Lote 005: Adequação do sistema da piscina do CJU Coopagro						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	66022	Bomba de calor para piscina com volume de água entre 70 e 90m³ cop de até 10.9, display led inteligente, controle de aplicativo wi-fi, super silencioso, condensador de titânio, degelo aut., fluido refrigerante gás r32, proteção anti-uv, inversão de ciclo, ventilador frontal - marca referência aq-inverter 19 monofásica	5,00	UN	34.195,00	170.975,00
2	66025	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,746 m²; vazão de filtragem 35.80m³/h; vazão de lavagem 39.38m³/h, carga de areia 600 kg - marca referência albacete modelo a-236	2,00	UN	7.490,00	14.980,00
3	66032	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 5"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 85mm. Diâmetro do recalque: 75mm - marca referência albacete modelo app-9 5"cv	2,00	UN	5.750,00	11.500,00
4	66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra). Para a Piscina Pública do Centro da Juventude do Jardim Coopagro.	1,00	UN	22.411,02	22.411,02
TOTAL						219.866,02
Lote: 6 - Lote 006: Adequação do sistema da piscina do Piscina do CJU Europa						



Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	66021	Bomba de calor para piscina com volume de água entre 55 e 70m³ cop de até 10.9, display led inteligente, controle de aplicativo wi-fi, super silencioso, condensador de titânio, degelo aut., fluido refrigerante gás r32, proteção anti-uv, inversão de ciclo, ventilador frontal - marca referência aq-inverter 16 monofásica	5,00	UN	27.990,00	139.950,00
2	66026	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,849 m²; vazão de filtragem 40.75 m³/h; vazão de lavagem 44.82 m³/h, carga de areia 620 kg - marca referência albacete modelo a-236e	1,00	UN	11.440,00	11.440,00
3	66030	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 2"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 85mm. Diâmetro do recalque: 75mm - marca referência albacete modelo app-6 2"cv	1,00	UN	2.700,00	2.700,00
4	66031	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 3"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 85mm. Diâmetro do recalque: 75mm - marca referência albacete modelo app-7 3"cv	1,00	UN	3.175,00	3.175,00
5	66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra). Para a Piscina Pública do Centro da Juventude do Jardim Europa	1,00	UN	17.865,69	17.865,69
TOTAL						175.130,69

Lote: 7 - Lote 007 - Piscina Municipal Aldo Belo - Ginásio de Esportes Euzébio Garcia

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	66026	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,849 m²; vazão de filtragem 40.75 m³/h; vazão de lavagem 44.82 m³/h, carga de areia 620 kg - marca referência albacete modelo a-236e	2,00	UN	11.440,00	22.880,00



2	66030	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 2"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 85mm. Diâmetro do recalque: 75mm - marca referência albacete modelo app-6 2"cv	1,00	UN	2.700,00	2.700,00
3	66027	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 7,5"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 85mm. Diâmetro do recalque: 75mm - marca referência albacete modelo app-10 7,5"cv	1,00	UN	7.920,00	7.920,00
4	66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra). Serviço a ser realizado na Piscina Municipal Aldo Belo - Ginásio Euzébio Garcia.	1,00	UN	9.541,79	9.541,79

TOTAL

43.041,79

Lote: 8 - Lote 008 - Piscina Municipal Claus Fuchs - Jardim Santa Maria

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	66026	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,849 m²; vazão de filtragem 40.75 m³/h; vazão de lavagem 44.82 m³/h, carga de areia 620 kg - marca referência albacete modelo a-236e	2,00	UN	11.440,00	22.880,00
2	66031	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 3"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 85mm. Diâmetro do recalque: 75mm - marca referência albacete modelo app-7 3"cv	1,00	UN	3.175,00	3.175,00
3	66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra). Serviço a ser realizado na Piscina Municipal Claus Fuchs.	1,00	UN	10.578,38	10.578,38

TOTAL

36.633,38

Lote: 9 - Lote 009 - Parque Temático das Águas

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
------	---------------------------	-------------------------	------------	---------	--------------	--------------------



1	66026	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,849 m²; vazão de filtragem 40.75 m³/h; vazão de lavagem 44.82 m³/h, carga de areia 620 kg - marca referência albacete modelo a-236e	4,00	UN	11.440,00	45.760,00
2	66023	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,246 m²; vazão de filtragem 11.80m³/h; vazão de lavagem 12.98m³/h, carga de areia 150 kg - marca referência albacete modelo a-220	1,00	UN	1.960,00	1.960,00
3	66029	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 1"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 50mm. Diâmetro do recalque: 50mm - marca referência albacete modelo app-4 1"cv	1,00	UN	1.447,00	1.447,00
4	66030	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 2"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 85mm. Diâmetro do recalque: 75mm - marca referência albacete modelo app-6 2"cv	2,00	UN	2.700,00	5.400,00
5	66028	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 3/4"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 50mm. Diâmetro do recalque: 50mm - marca referência albacete modelo app-3 3/4"cv	1,00	UN	1.360,00	1.360,00
6	66027	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 7,5"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 85mm. Diâmetro do recalque: 75mm - marca referência albacete modelo app-10 7,5"cv	8,00	UN	7.920,00	63.360,00
7	66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra). Serviço a ser realizado no Parque Temático das Águas.	1,00	UN	39.718,38	39.718,38
TOTAL						159.005,38

Observação: A empresa vencedora do(s) lote(s) deverá observar, para o envio da proposta final ajustada, ao valor obtido na fase de lances; respeitada a proporcionalidade de desconto para todos os itens. Em caso de necessidade de ajuste no valor para o fechamento da planilha do lote, a empresa poderá diminuir o valor e ajustar o mesmo na plataforma da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

**ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA**

Solicitações das secretarias nº: 509, 577, 590, 605.

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para adequações das piscinas públicas do Município de Toledo/PR, compreendendo o fornecimento de equipamentos, materiais e a realização das instalações necessárias, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 1: Adequação do sistema da piscina do CERTI Coopagro					
Cód.	Descrição do produto	Unid.	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra).	UND	1	4.521,21	4.521,21
66023	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,246 m²; vazão de filtragem 11.80m³/h; vazão de lavagem 12.98m³/h, carga de areia 150 kg - marca referência albacete modelo a-220	UND	1	1.960,00	1.960,00
66028	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 3/4"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 50mm. Diâmetro do recalque: 50mm - marca referência albacete modelo app-3 3/4"cv	UND	2	1.360,00	2.720,00
66021	Bomba de calor para piscina com volume de água entre 55 e 70m³, cop de até 10.9, display led inteligente, controle de aplicativo wi-fi, super silencioso, condensador de titânio, degelo aut., fluido refrigerante gás r32, proteção anti-uv, inversão de ciclo, ventilador frontal - marca referência aq-inverter 16 monofásica	UND	1	27.990,00	27.990,00
TOTAL LOTE 001:					R\$ 37.191,21
LOTE 2: Adequação do sistema da piscina do CERTI Pioneira					
Produto	Descrição do produto	Unid.	Quant.	Preço unit.	Preço Total
66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra).	und	1	4.627,51	4.627,51
66023	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,246 m²; vazão de filtragem	UND	1	1.960,00	1.960,00



	11.80m³/h; vazão de lavagem 12.98m³/h, carga de areia 150 kg - marca referência albacete modelo a-220				
66028	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 3/4"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 50mm. Diâmetro do recalque: 50mm - marca referência albacete modelo app-3 3/4"cv	UND	2	1.360,00	2.720,00
66021	Bomba de calor para piscina com volume de água entre 55 e 70m³, cop de até 10.9, display led inteligente, controle de aplicativo wi-fi, super silencioso, condensador de titânio, degelo aut., fluido refrigerante gás r32, proteção anti-uv, inversão de ciclo, ventilador frontal - marca referência aq-inverter 16 monofásica	UND	1	27.990,00	27.990,00
TOTAL LOTE 002:					R\$ 37.297,51
Lote 003: Adequação do sistema da piscina da Escola CAIC					
Produto	Descrição do produto	Unid.	Quant.	Preço unit.	Preço Total
66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra).	UN	1	R\$ 9.053,16	R\$ 8.135,47
66024	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,321 m²; vazão de filtragem 15.40m³/h; vazão de lavagem 16.94m³/h, carga de areia 180kg - marca referência albacete modelo a-225	UN	1	R\$ 6.330,00	R\$ 6.330,00
66029	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 1"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 50mm. Diâmetro do recalque: 50mm - marca referência albacete modelo app-4 1"cv	UN	2	R\$1.447,00	R\$ 2.894,00
66020	Bomba de calor para piscina com volume de água entre 45 e 55m³, cop de até 10.9, display led inteligente, controle de aplicativo wi-fi, super silencioso, condensador de titânio, degelo aut., fluido refrigerante gás r32, proteção anti-uv, inversão de ciclo, ventilador frontal - marca referência aq-inverter 14 monofásica	UN	3	R\$ 21.790,00	R\$65.370,00
TOTAL LOTE 003:					R\$ 82.729,47
Lote 004: Adequação do sistema da piscina da Escola Ivo Welter					
Produto	Descrição do produto	Unid.	Quant.	Preço unit.	Preço Total
66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo,	UN	1	R\$ 9.053,16	R\$ 9.053,16



	projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra).				
66024	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,321 m²; vazão de filtragem 15.40m³/h; vazão de lavagem 16.94m³/h, carga de areia 180kg - marca referência albacete modelo a-225	UN	1	R\$ 6.330,00	R\$ 6.330,00
66029	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 1"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 50mm. Diâmetro do recalque: 50mm - marca referência albacete modelo app-4 1"cv	UN	2	R\$ 1.447,00	R\$ 2.894,00
66020	Bomba de calor para piscina com volume de água entre 45 e 55m³, cop de até 10.9, display led inteligente, controle de aplicativo wi-fi, super silencioso, condensador de titânio, degelo aut., fluido refrigerante gás r32, proteção anti-uv, inversão de ciclo, ventilador frontal - marca referência aq-inverter 14 monofásica	UN	3	R\$ 21.790,00	R\$ 65.370,00
TOTAL LOTE 004:					R\$ 83.647,16
Lote 005: Adequação do sistema da piscina do CJU Coopagro					
Produto	Descrição do produto	Unid.	Quant.	Preço unit.	Preço Total
66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra). Para a Piscina Pública do Centro da Juventude do Jardim Coopagro.	UN	1	R\$ 22.362,17	R\$ 22.411,02
66025	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,746 m²; vazão de filtragem 35.80m³/h; vazão de lavagem 39.38m³/h, carga de areia 600 kg - marca referência albacete modelo a-236	UN	2	R\$ 7.490,00	R\$ 14.980,00
66032	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 5"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 85mm. Diâmetro do recalque: 75mm - marca referência albacete modelo app-9 5"cv	UN	2	R\$ 5.750,00	R\$ 11.500,00
66022	Bomba de calor para piscina com volume de água entre 70 e 90m³, cop de até 10.9, display led inteligente, controle de aplicativo wi-fi, super silencioso, condensador de titânio, degelo aut., fluido refrigerante gás r32, proteção anti-uv, inversão de ciclo, ventilador	UN	5	R\$ 34.195,00	R\$ 170.975,00



	frontal - marca referência aq-inverter 19 monofásica				
TOTAL LOTE 005:					R\$ 219.866,02
Lote 006: Adequação do sistema da piscina do Piscina do CJU Europa					
Produto	Descrição do produto	Unid.	Quant.	Preço unit.	Preço Total
66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra). Para a Piscina Pública do Centro da Juventude do Jardim Europa.	UN	1	R\$ 17.808,00	R\$ 17.865,69
66026	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,849 m²; vazão de filtragem 40.75 m³/h; vazão de lavagem 44.82 m³/h, carga de areia 620 kg - marca referência albacete modelo a-236e	UN	1	R\$ 11.440,00	R\$ 11.440,00
66030	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 2"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 85mm. Diâmetro do recalque: 75mm - marca referência albacete modelo app-6 2"cv	UN	1	R\$ 2.700,00	R\$ 2.700,00
66031	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 3"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 85mm. Diâmetro do recalque: 75mm - marca referência albacete modelo app-7 3"cv	UN	1	R\$ 3.175,00	R\$ 3.175,00
66021	Bomba de calor para piscina com volume de água entre 55 e 70m³, cop de até 10.9, display led inteligente, controle de aplicativo wi-fi, super silencioso, condensador de titânio, degelo aut., fluido refrigerante gás r32, proteção anti-uv, inversão de ciclo, ventilador frontal - marca referência aq-inverter 16 monofásica	UN	5	R\$ 27.990,00	R\$ 139.950,00
TOTAL LOTE 006:					R\$ 175.130,69
Lote 007: Piscina Municipal Aldo Belo - Ginásio de Esportes Euzébio Garcia					
Produto	Descrição do produto	Unid.	Quant.	Preço unit.	Preço Total
66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra). Para a Piscina Pública do Centro da Juventude do Jardim Europa.	UN	1	R\$ 9.570,90	R\$ 9.541,79



66030	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 2"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 85mm. Diâmetro do recalque: 75mm - marca referência albacete modelo app-6 2"cv	UN	1	R\$ 2.700,00	R\$ 2.700,00
66027	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 7,5"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 85mm. Diâmetro do recalque: 75mm - marca referência albacete modelo app-10 7,5"cv	UN	1	R\$ 7.920,00	R\$ 7.920,00
66026	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,849 m²; vazão de filtragem 40.75 m³/h; vazão de lavagem 44.82 m³/h, carga de areia 620 kg - marca referência albacete modelo a-236e	UN	1	R\$ 11.440,00	R\$ 22.880,00
TOTAL LOTE 007:					R\$ 43.041,79
Lote 008: Piscina Municipal Claus Fuchs - Jardim Santa Maria					
Produto	Descrição do produto	Unid.	Quant.	Preço unit.	Preço Total
66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra). Para a Piscina Pública do Centro da Juventude do Jardim Europa.	UN	1	R\$ 10.578,38	R\$ 10.578,38
66026	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,849 m²; vazão de filtragem 40.75 m³/h; vazão de lavagem 44.82 m³/h, carga de areia 620 kg - marca referência albacete modelo a-236e	UN	2	R\$ 11.440,00	R\$ 22.880,00
66031	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 3"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 85mm. Diâmetro do recalque: 75mm - marca referência albacete modelo app-7 3"cv	UN	1	R\$ 3.175,00	R\$ 3.175,00
TOTAL LOTE 008:					R\$ 36.633,38
Lote 009: Parque Temático das Águas					
Produto	Descrição do produto	Unid.	Quant.	Preço unit.	Preço Total
66023	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-	UN	1	R\$ 1.960,00	R\$ 1.960,00



	filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,246 m²; vazão de filtragem 11.80m³/h; vazão de lavagem 12.98m³/h, carga de areia 150 kg - marca referência albacete modelo a-220				
66026	Filtro de fibra de vidro para piscina - fabricado em resina de poliéster reforçado com fibra de vidro e acabamento em gel - próprio para filtragem de alta pressão, com as operações filtrar, drenar, fechar, lavar, recircular e pré-filtrar ou equivalente. Especificações mínimas: área filtrante 0,849 m²; vazão de filtragem 40.75 m³/h; vazão de lavagem 44.82 m³/h, carga de areia 620 kg - marca referência albacete modelo a-236e	UN	4	R\$ 11.440,00	R\$ 45.760,00
66027	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 7,5"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 85mm. Diâmetro do recalque: 75mm - marca referência albacete modelo app-10 7,5"cv	UN	8	R\$ 7.920,00	R\$ 63.360,00
66028	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 3/4"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 50mm. Diâmetro do recalque: 50mm - marca referência albacete modelo app-3 3/4"cv	UN	1	R\$ 1.360,00	R\$ 1.360,00
66029	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 1"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 50mm. Diâmetro do recalque: 50mm - marca referência albacete modelo app-4 1"cv	UN	1	R\$ 1.447,00	R\$ 1.447,00
66030	Motobomba para piscina com pré filtro incorporado. Potência mínima de 2"cv. 220v/bifásica. Diâmetro de sucção: 85mm. Diâmetro do recalque: 75mm - marca referência albacete modelo app-6 2"cv	UN	2	R\$ 2.700,00	R\$ 5.400,00
66033	Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária (material e mão de obra).	UN	1	R\$ 39.718,38	R\$ 39.718,38
TOTAL LOTE 009:					R\$ 159.005,38
TOTAL GERAL:					R\$ 874.542,61

1.2. A localização dos equipamentos por Secretaria está citada no Anexo I, deste Termo de Referência.

1.3. O objeto deste termo de referência pode ser classificado como comum, nos termos do inciso XIII, Art. 6º da Lei 14.133/2021".

1.3.1. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

1.4. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Estudo Técnico Preliminar que embasou o presente Termo de Referência;

1.4.2. Solicitações e planilha quantitativa das secretarias;

1.4.3. Atos de designação de fiscais

1.4.4. Projetos hidrossanitários;

1.4.5. Projetos Elétricos;

1.4.6. Memoriais descritivos;



1.4.7. Planilhas orçamentárias;

2. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

2.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

2.2. A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à contratação dos serviços em questão, poderá ser conseguida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo e procedimento licitatório, cujo fator preponderante certamente será o “**MENOR PREÇO POR LOTE**”. Assim, mediante tal critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração obterá a economia em função do custo benefício, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao(s) serviços, materiais e equipamentos ofertados pelas empresas.

2.3. O critério de Julgamento global por lote é técnica e economicamente viável se considerarmos a característica do objeto, ainda que formado por itens autônomos, pois há dependência dos itens entre si, ou seja, interdependência dos itens para execução plena do objeto e dessa forma se torna mais viável o gerenciamento e o controle do contrato pela Fiscalização. Além disso, estão de acordo com as regras de mercado, proporcionam maior eficiência na execução do objeto, bem como na fiscalização do futuro contrato, sem comprometer a competitividade necessária à disputa e, sobretudo para que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala para a Administração.

2.4. Justifica-se, ainda, a não aplicação dos benefícios dos artigos 47 e 48 da Lei Complementar 123/2006 para viabilizar a garantia e responsabilidade de um único prestador de serviço para cada tipo de serviço/lote, pois do contrário tornaria impraticável ou dificultoso imputarmos eventuais responsabilidades quanto às qualidades dos serviços prestados.

2.5. O edital oferecerá maior detalhamento das exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira.

3. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 874.542,61** (oitocentos e setenta e quatro mil e quinhentos e quarenta e dois reais e sessenta e um centavos), conforme custos unitários descritos no item 1.

3.2. Os valores máximos foram definidos com base na planilha orçamentária, de acordo com a tabela SINAPI 07/2023.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O objeto deverá atender às especificações constantes na descrição dos itens, todos contêm as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação, não constando condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação ou, ainda, impertinentes ou irrelevantes para o objetivo da contratação, sendo também observadas as normas e referências existentes aplicáveis ao objeto.

6.2. Subcontratação

6.2.1. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

6.2.1.1. Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária.

6.2.1.2. Profissional técnico responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços mediante anotação de responsabilidade técnica-ART ou registro de responsabilidade técnica-RRT.



6.2.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.2.3. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.2.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

6.2.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.3. Garantia da contratação

6.3.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021 em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

6.3.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária e seguro-garantia deverá ser prestada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

6.3.2.1. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

6.3.2.2. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

6.3.3. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

6.3.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.3.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

6.3.5.1. prejuízos advindos de imperícia nas instalações dos equipamentos;

6.3.5.2. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

6.3.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

6.3.5.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

6.3.5.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

6.3.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica, com correção monetária.

6.3.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

6.3.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

6.3.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.3.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

6.3.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.



6.3.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

6.3.12. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro.

6.3.13. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

6.3.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

6.3.15. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

6.3.16. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.3.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

6.4. Da qualificação técnica

6.4.1. No momento do certame, apresentar comprovação de aptidão para a execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

6.4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

6.4.1.1.1. Fornecimento de ao menos 1 (um) equipamento de cada tipo equivalentes aos do objeto deste contrato, sendo: Motobomba, Filtro de areia e Aquecedor/bomba de calor, incluindo as instalações elétricas e hidráulicas destes equipamentos;

6.4.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

6.4.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.4.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.5. VISITA TÉCNICA (facultativa)

6.5.1. A licitante deverá tomar conhecimento de todas as informações, das condições e das peculiaridades da contratação e dessa forma cumprir as obrigações objeto da licitação. **Para isso a licitante deverá apresentar um dos seguintes documentos:**

6.5.1.1. Atestado emitido pelo representante do Município de que o licitante realizou vistoria, e, portanto, tomou conhecimento de todas as informações, das condições e peculiaridades dos locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, ou

6.5.1.2. Declaração da própria licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições e peculiaridades da contratação para o cumprimento das obrigações objeto da licitação devidamente assinada pelo responsável técnico do licitante (Lei nº 14.133, de 2021, art. 63, §3º).

6.5.2. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h00 às 11h30 e das 13h30 à 16h30.

6.5.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.



6.5.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.5.4.1. Para a vistoria, o representante da empresa deverá realizar o agendamento prévio através do telefone (45) 3196-2324, e será acompanhado pelo servidor Franz Menegasso, ou outro especialmente designado para isso.

6.5.4.2. A vistoria poderá ser realizada em até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para a realização da licitação, desde que devidamente agendada e no horário designado.

6.5.4.3. Todos os custos de transporte, deslocamento e afins para a realização da vistoria ficarão a cargo da interessada, inclusive o deslocamento de servidor designado para acompanhamento.

6.5.4.4. Não será admitida vistoria no local da prestação do serviço sem o devido agendamento, autorização e acompanhamento de servidor designado para este fim.

6.5.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5.6. O representante do Município emitirá atestado de que a licitante realizou a vistoria e, portanto, tomou conhecimento de todas as informações e das condições e peculiaridades dos locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.5.7. Conforme artigo 63, §3º, a vistoria poderá ser substituída por declaração formal assinada pela licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme exigido no item 6.5 deste documento.

7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.1. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua assinatura, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, prorrogável desde que devidamente justificado, por período não superior ao prazo inicialmente contratado.

7.2. O prazo máximo para execução é de até 150 (cento e cinquenta) dias contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço;

7.2.1. A contratada deverá cumprir com o estabelecido no cronograma de execução dos serviços conforme estabelecido no ANEXO II.

7.2.1.1. No caso de uma empresa vencedora do certame, a ordem de prioridade e o prazo estabelecidos no cronograma deverão ser respeitados.

7.2.1.2. No caso de múltiplas contratadas, a ordem de execução será adequada conforme lote adjudicado, mantendo a prioridade de execução estabelecida no cronograma.

7.2.1.3. Qualquer necessidade de alteração do cronograma deverá ser previamente aprovada pelo Fiscal do Contrato.

7.3. Os serviços deverão ser executados por técnicos identificados, especializados e habilitados, atendendo às Normas da ABNT e do INMETRO.

7.4. Quaisquer materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à plena execução dos serviços serão todos fornecidos pela CONTRATADA, a qual deverá identificar os equipamentos e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares porventura pertencentes à Contratante ou terceiros.

7.5. O deslocamento dos equipamentos, quando necessário, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desde o transporte dos mesmos até o local onde será executado o conserto, bem como seu retorno ao respectivo local de instalação da CONTRATANTE.

7.5.1. Responsabilidade técnica: A CONTRATADA se responsabilizará tecnicamente pela execução dos serviços, considerando as peculiaridades dos diferentes ambientes em que estes serão executados, sendo que deverá possuir ou contratar profissional para acompanhamento da execução dos serviços. Esse responsável técnico acompanhará todas as etapas de execução do serviço, garantindo a plena execução do objeto.

7.5.2. A contratada deverá realizar a anotação de responsabilidade técnica-ART ou registro de responsabilidade técnica-RRT arcando com os custos relacionados.

7.6. Os locais onde serão executados os serviços deverão ser mantidos limpos e organizados. Após a conclusão, deverão ser retirados todos os materiais, ferramentas e equipamentos, devendo-se manter a área livre dos resíduos provenientes dos serviços.



7.7. Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores, se houver, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

7.8. Se o fornecedor convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores que tiverem aceitado fornecer os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor - cadastro de reserva, na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.

7.9. Instalação e desinstalação:

7.10. **Instalações:** Os locais estão pré-determinados pelas Secretarias requisitantes de acordo com o ANEXO I. Já estão inclusos no valor dos itens de instalação o fornecimento de todo o material necessário para as instalações: cabos, conectores, disjuntores, quadros, tubulações, colas, conexões, registros, serviços preliminares (alvenaria e/ou metalúrgicos) e demais itens necessários.

7.11. **Desinstalações:** Os locais estão pré-determinados pelas Secretarias requisitantes. Inclui a retirada completa dos equipamentos existentes, fiações, tubulações e demais itens necessários para que possam ser instalados os novos equipamentos.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará alguma metodologia de Medição para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

- a) não produzir os resultados acordados;
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.1.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)	
Item	Descrição
Finalidade	Realizar o cumprimento integral dos serviços relacionados no Termo de Referência e dos resultados esperados.
	Garantir que os equipamentos, ferramentas, materiais, insumos, EPIs, e outros, possuam qualidade e sejam fornecidos em quantidade suficiente.
Meta a cumprir	Atender 100% do contrato
Instrumento de medição	Empenho entregue à contratada.
Forma de acompanhamento	Empenho dentro do período de referência, devidamente avaliados pela fiscalização.
	Check-list específico, feita por inspeção dos serviços nas áreas atendidas.
Periodicidade	Por nota de empenho.
Início de vigência	A partir do recebimento da Ordem de Serviço/Empenho entregue a contratada.
Faixa/Número de Ocorrências/Ajuste no Pagamento/Sanções	Faixa 1 – até 01 ocorrência = 100% do valor do empenho
	Faixa 2 – de 02 a 03 ocorrências = 95 % do valor do empenho
	Faixa 3 – de 04 a 05 ocorrências = 90 % do valor do empenho
	Faixa 4 – de 06 a 08 ocorrências = 80% do valor do empenho
	Faixa 5 – de 09 a 10 ocorrências = penalidade de advertência.
	Faixa 6 - acima de 11 ocorrências - multa e rescisão contratual

**Observações**

Os serviços medidos para fins de avaliação estarão concentrados nos prazos, quantidade e qualidade de execução completa das demandas.

FATORES DE AVALIAÇÃO (CHECK-LIST)		
Item	Aferição	Número de Ocorrências
1	Inobservância, injustificada do tempo máximo para a conclusão dos serviços, por ocorrência.	
2	Deixar de manter os locais limpos e organizados, após execução dos serviços, por ocorrência.	
3	Deixar de utilizar equipamentos compatíveis (em qualidade e quantidade) com o objeto do contrato; por equipamento e por ocorrência.	
4	Permitir a presença de empregado mal apresentado; por empregado e por ocorrência.	
5	Não manter postura e comportamento éticos. Mantendo o cuidado até mesmo em conversas e/ou falar palavrões. Por empregado e por ocorrência.	
6	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	
7	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	
8	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	
9	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, por empregado, por ocorrência.	
10	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por local.	
11	Reutilizar material, peça ou equipamento; por ocorrência.	
12	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	
13	Utilizar as dependências do serviço para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	
14	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:		
15	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	
17	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	
18	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	
20	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por dia.	
21	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	
22	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e Anexos da Licitação, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	
23	Realizar a anotação de responsabilidade técnica-ART definindo profissional responsável técnico pelo acompanhamento da execução dos serviços prestados	



8.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.1.2.1. não produziu os resultados acordados;

8.1.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

8.1.2.3. deixou de utilizar os materiais exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2. Critérios de Recebimento.

8.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.2.2. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os equipamentos e dos serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8.2.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final da execução do objeto/lote, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade, em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.2.4. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais/equipamentos empregados, cabendo à fiscalização não atestar a execução até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.2.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.2.6. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

8.2.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.2.8. A fiscalização não efetuará o ateste do recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.2.9. Os serviços/materiais/equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 1 (um) dia, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes.

8.2.11. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

8.2.12. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.2.13. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.2.14. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição.



8.2.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.2.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.3. Prazo e forma de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, contados do recebimento definitivo dos serviços acompanhados da Nota Fiscal.

8.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.3.3. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.3.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.5. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM = $I \times N \times VP$, em que:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

8.4. Condições de pagamento

8.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

8.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

8.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

8.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

8.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.4.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



8.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.4.14. O pagamento será condicionado ao atendimento ao disposto na IN nº 001/2022-SEFA e IN nº 002/2022-SEFA (disponível no link <https://www.toledo.pr.gov.br/portal/fazenda>).

8.4.15. É obrigatória a observância da retenção do Imposto de Renda na fonte conforme IN RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, e consequentemente influenciou a promulgação do Decreto Municipal nº 891, de 15 de agosto de 2023, que dispõe sobre a retenção na fonte do Imposto de Renda incidente sobre pagamentos a fornecedores do Município de Toledo, quando couber.

9. DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas pesquisas de mercado realizadas em meados de julho de 2023.

9.3. O reajuste deverá ser solicitado pelo contratado ou por qualquer dos signatários do contrato, de acordo com os índices e data-base indicados, formalizado mediante aditivo.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s). Secretaria de Administração, através do Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

10.1. Os prazos e as condições de garantia dos produtos e dos serviços necessários à execução do objeto do presente são as definidas pela legislação (Código Civil Brasileiro e Código de Defesa do Consumidor) em vigor.

10.2. Os itens terão garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da execução dos serviços.

10.3. A garantia abrange todos os equipamentos e os serviços executados, incluindo as peças substituídas no ato da manutenção, devendo a FORNECEDORA solucionar no prazo de 48 horas qualquer falha no funcionamento dos equipamentos.

10.4. Os serviços deverão ter garantia com cobertura total, irrestrita, sem ônus para falhas, vícios e defeitos de execução e/ou desgaste anormal de componentes e peças substituídas, pelo período indicado, a contar da data da execução da manutenção, obrigando-se o adjudicatário a reparar os danos materiais e substituir as peças que se fizerem necessárias em decorrência de tais problemas, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, até mesmo transporte, seguro, etc.

**11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO** (art. 6º, XXIII, “f” da Lei n. 14.133/2021)

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4. A secretaria ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a secretaria ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

11.7. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º)

11.8. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

11.9. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

11.10. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

11.11. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

11.12. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

11.13. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a regularidade fiscal da empresa.

11.14. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.15. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

11.16. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.17. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.18. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.19. Caberá ao fiscal do contrato comunicar o gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

11.20. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



11.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

11.22. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.23. O fiscal do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

11.24. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.25. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

11.26. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.27. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

11.28. O gestor do contrato será o titular da respectiva secretaria demandante.

11.29. No que concerne à manutenção das piscinas das escolas pertencentes à Secretaria da Educação, os respectivos fiscais setoriais serão os responsáveis pelo recebimento e acompanhamento da execução do serviço, ficando a cargo delas a comunicação ao fiscal do contrato sobre eventuais irregularidades e contratemplos ocorridos durante a execução.

12. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

12.1. São obrigações da Administração:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.3. Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Fornecedor;

12.1.5. Efetuar o pagamento ao Fornecedor do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato;

12.1.6. Aplicar ao Fornecedor sanções motivadas pela inexecução total ou parcial no contrato;

12.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Fornecedor;

12.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



13.1. O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato, no Edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.1.2. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Administração, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade em Sistema de Cadastro de Fornecedores, o fornecedor deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

13.1.9. Paralisar, por determinação da Administração, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.1.10. Manter durante toda a vigência no contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

13.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

13.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

13.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

d) Multa:

- Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

- a)** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- b)** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- c)** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do



mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

14.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

15. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato ou cronograma-físico-financeiro.

15.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

15.1.3. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

15.1.4. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

15.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.3.3. Indenizações e multas.

16. CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. O licitante/contratante deve observar e o contratado deve observar e fazer observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial, dentre outras:

a) prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) prática fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) prática colusiva: esquematizar ou estabelecer acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitante, visando a estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de qualquer das práticas acima; e praticar atos com a intenção de impedir materialmente o exercício do direito de inspeção para apuração de qualquer das práticas acima.

**17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento das Secretarias Municipais de Assistência Social; Educação; Esportes e Lazer; Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano.

17.2. A contratação será atendida conforme “Indicação de Recursos Orçamentários” detalhada no(s) documento(s) “Solicitação(ões)” apêndice deste termo de referência.

Toledo, 15 de fevereiro de 2024.

Assinado eletronicamente

MAÍRA ESCOBAR DE ARAUJO

Analista em Administração e Planejamento I

Matrícula: 864551

Assinado eletronicamente

FERNANDA ROCHA DE QUEIROZ

Assistente em Administração I

Matrícula: 771961

Assinado eletronicamente

DANIELE SCHEITT BURILLE

Diretora Administrativo e Financeira

Matrícula: 846401

Assinado eletronicamente

FRANZ MENEGASSO

Técnico Desportivo I - Organização e Administração Esportiva

Matrícula: 746851

Assinado eletronicamente

JEAN MICHELL FAGUNDES BISPO

Diretor de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS

Matrícula: 780931

Assinado eletronicamente

MARCELO ANDREAS MENDES

Assistente em Administração I

Matrícula: 844281

Assinado eletronicamente

SOLANGE SILVA DOS SANTOS FIDELIS

Secretária de Assistência Social

Assinado eletronicamente

MARLI GONÇALVES COSTA

Secretária da Educação

Assinado eletronicamente

EUDES LUIZ DALLAGNOL

Secretário de Esportes e Lazer

Assinado eletronicamente

ROSIANY FAVARETO

Secretária de Políticas para Infância, Juventude,
Mulher, Família e Desenvolvimento Humano

**ANEXO I do Termo de Referência****LOCAIS E RESPONSÁVEIS**

LOCAL	ENDEREÇO	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	RESPONSÁVEL	CONTATO
Parque Temático das Águas	Rua Alemanha, Jardim Bandeirantes, Toledo – PR	08:00 - 11:30 13:30 - 17:00	Franz Menegasso	45-999794857
Piscina Pública do Ginásio Euzébio Garcia	Rua Tomas de Aquino, 617, Vila Pioneiro, Toledo - PR	08:00 - 11:30 13:30 - 17:00	Franz Menegasso	45-999794857
Piscina Pública Claus Fuchs	Rua Guanabara, 1040, Jardim Santa Maria, Toledo - PR	08:00 - 11:30 13:30 - 17:00	Franz Menegasso	45-999794857
Piscina Pública Escola Ivo Welter	Rua Artur Mazaferro, Jardim Santa Clara IV, Toledo - PR	07:30 - 11:30 13:30 - 17:00	TANIA DE ALMEIDA PRADO PICCO (Diretora da Escola)	45-99802-8383
Piscina Pública da Escola CAIC	Rua Capitão Leonidas Marques, 1896, Vila Pioneiro, Toledo - PR	07:30 - 11:30 13:30 - 17:00	ADRIANE JAQUELINE KUERTEN (Diretora da escola)	45-99992-5893
Piscina Pública CERTI Coopagro	Rua Rodrigues Alves, 1224 Jardim Coopagro, Toledo - PR	08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30	Marcelo Fabri	(45) 3196-2661
Piscina Pública CERTI Pioneira	Rua Capitão Leonidas Marques, 1003, Vila Pioneiro, Toledo - PR	07h00 às 17h30	Marcelo Fabri	(45) 3196-2661
CJU Europa	Avenida Maripa, 1831, Jardim Europa, Toledo - PR	08h00 às 17h00	Glauber Possebon	(45) 3196-2426
CJU Coopagro	Rua Pacifico Dezem, 337, Jardim Coopagro, Toledo - PR	08h00 às 17h00	Pâmela Ritter	(45) 3196-2421

ANEXO II do Termo de Referência**CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

ORDEM DE PRIORIDADE	LOCAL	PRAZO DE EXECUÇÃO (EM DIAS CORRIDOS)
1	Piscina Pública CERTI Coopagro	14 DIAS
2	Piscina Pública CERTI Pioneira	14 DIAS
3	Piscina Pública Escola Ivo Welter	14 DIAS
4	Piscina Pública da Escola CAIC	14 DIAS
5	CJU Coopagro	14 DIAS
6	CJU Europa	14 DIAS
7	Piscina Pública do Ginásio Euzébio Garcia	14 DIAS
8	Piscina Pública Claus Fuchs	14 DIAS
9	Parque Temático das Águas	21 DIAS



**Apêndice do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar
“ADEQUAÇÃO DAS PISCINAS DO MUNICÍPIO”**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 A Secretaria de Assistência Social (SMAS), Secretaria da Educação (SMED), Secretaria de Esportes e Lazer (SMEL) e Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano (SMDH) através do presente documento caracterizam a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Adequação das Piscinas Públicas no âmbito do Município de Toledo, que devido a expectativa de vida útil original dos equipamentos calculada em cerca de 10 anos já ter sido ultrapassada, ao que resultou em um funcionamento precário e propenso a frequentes falhas operacionais. Além disso, é necessária a adequação das instalações hidráulicas e elétricas, devidamente dimensionadas em conformidade com as recentes normativas que envolvem o assunto. Essas falhas têm acarretado em custos excessivos de manutenção, escassez na reposição de peças antiquadas, obsoletas e algumas que sequer estão mais em produção no mercado, além de impossibilidade de utilização de diversas piscinas públicas.

2.1 Justificativa para a contratação

O presente documento engloba a imperiosa demanda pela substituição dos maquinários das Piscinas Públicas no âmbito do Município de Toledo. A totalidade dos equipamentos em operação atualmente ultrapassou o limite de uma década de uso, alguns ultrapassando até mesmo a marca de 15 anos. Ao longo desse período, foram realizadas intervenções pontuais de reparo nos equipamentos, contudo, uma renovação completa ou modernização ainda não foi empreendida.

A vida útil inicial prevista para esses equipamentos é de aproximadamente 10 anos. No entanto, todos já excederam esse período, o que resulta em um desempenho precário e suscetível a falhas operacionais frequentes. Essas falhas têm gerado custos excessivos de manutenção, além da dificuldade em encontrar peças de reposição, muitas das quais são obsoletas e algumas que já não estão mais em produção no mercado.

Os sistemas elétricos estão comprometidos devido à corrosão do tempo e à exposição a produtos químicos presentes no ambiente, tornando essencial a substituição e atualização para conter desperdícios e prolongar a durabilidade dos sistemas.

As estruturas dos sistemas de filtragem também estão afetadas pela corrosão e pelo tempo, gerando interrupções constantes e sendo agravadas pelo fato de que alguns modelos de equipamentos atualmente em uso já estão fora de linha de produção, dificultando a obtenção de peças para substituição.

As motobombas estão operando além do limite de sua vida útil, resultando em repetidas avarias e aumentando os custos de manutenção, além de gerar consideráveis períodos de inatividade nos serviços prestados à comunidade.

Os sistemas de aquecimento estão defasados, levando a perdas de eficiência e maior consumo de energia. Assim sendo, torna-se vital a adoção de sistemas modernos que causem menor impacto ambiental. A introdução de coletores solares se configura como uma oportunidade para reduzir o consumo energético e aumentar a eficiência operacional.

O estado dos sistemas hidráulicos é preocupante, com um histórico de inúmeras emendas e substituições



devido a vazamentos e rupturas. Diante disso, a troca integral se mostra como uma medida necessária para assegurar a eficácia do processo de filtragem, prevenir sobrecargas nas motobombas e filtros, além de evitar possíveis rupturas que resultariam na interrupção dos serviços.

A renovação e modernização desses equipamentos serão cruciais para assegurar a assistência à população idosa que participa dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (CERTI's), promovidos pela Secretaria de Assistência Social do Município. Isso ocorrerá por meio das piscinas internas aquecidas, utilizadas para atividades como hidroterapia e ginástica, entre outras.

De forma similar, a renovação visa garantir que adolescentes e jovens que fazem parte do Programa Centro da Juventude, conduzido pela Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano, tenham acesso a atividades de natação e ginástica nas piscinas vinculadas ao programa.

Assegurar a continuidade das atividades extracurriculares para os alunos que participam da modalidade de ensino integral da rede municipal de ensino é outro ponto vital. A Secretaria de Educação do Município utiliza as piscinas internas aquecidas para atividades de natação e desenvolvimento, tornando crucial a renovação para manter a qualidade do ensino oferecido.

Adicionalmente, aprimorar o atendimento das piscinas geridas pela Secretaria de Esportes e Lazer é um objetivo central. Essas instalações atendem crianças a partir de 8 anos de idade, bem como adultos e idosos, abrangendo desde a iniciação esportiva até a prática de rendimento, incluindo grupos específicos como portadores de deficiências, como síndrome de Down e autismo.

Em cenários que envolvem idosos e pessoas com deficiência, a qualidade dos equipamentos desempenha um papel fundamental, garantindo a continuidade das atividades, evitando interrupções e assegurando o progresso físico e cognitivo dos participantes.

Além disso, é crucial modernizar o "Parque das Águas", uma área de lazer acessível gratuitamente aos munícipes, que já conta com mais de 13 anos de existência. Essa modernização visa reduzir perdas e falhas decorrentes do desgaste natural e do fim da vida útil dos equipamentos, mantendo o local em pleno funcionamento para a comunidade.

Nesse sentido, a modernização e substituição dos equipamentos emergem como uma resposta unificada para atender às demandas das diversas secretarias envolvidas, proporcionando melhorias substanciais na qualidade dos serviços oferecidos à população de Toledo.

2.1.1 Secretaria de Assistência Social

Considerando que o Município conta com duas unidades de Centro da Revitalização da Terceira Idade – CERTI, sendo uma no Jardim Coopagro e outra na Vila Pioneiro;

Considerando que os CERTIs realizam atendimentos diários a pessoas idosas, abrangendo as Políticas de Saúde e de Assistência Social;

Considerando que, no âmbito da Política de Assistência Social, os CERTIs executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, objetivando a constituição de espaços de convivência, formação para a cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia, cujas intervenções de trabalho são pautadas em experiências lúdicas e culturais como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social (BRASIL, 20092);

Considerando que o SCFV para pessoas idosas:

“...tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam



no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. (BRASIL, 2009 [2014], p. 18)

Considerando que a intervenção social relacionada ao SCFV para pessoas idosas deve:

estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir. (BRASIL, 2009 [2014], p. 18)

Considerando que cada CERTI possui uma piscina interna aquecida, visando a utilização da mesma em todos os períodos do ano, além de assegurar a qualidade dos serviços prestados através da hidroterapia (área da Saúde) e das oficinas de hidroginástica (área da Assistência Social), as quais são acompanhadas por fisioterapeuta ou educador físico, respectivamente, e, juntas, significam parte majoritária dos atendimentos realizados nos CERTIs;

Considerando a enorme importância das atividades de hidroginástica e hidroterapia desenvolvidas nos CERTIs para promoção de saúde física e mental da população idosa do território, além da socialização e do fortalecimento de vínculos protetivos;

Considerando que, historicamente, em função do uso constante das piscinas, os equipamentos de aquecimento e filtragem costumam apresentar problemas de tempos em tempos, necessitando de reparos e trocas de peças, as quais, muitas vezes, tem custo significativo;

Considerando que a piscina do CERTI Pioneiro se encontra desativada, pois houve inspeção da Vigilância Sanitária, onde os técnicos pontuaram a necessidade de readequações estruturais, bem como a exigência de responsável técnico pela manutenção da água da piscina diariamente e responsável técnico pela casa de máquinas;

Considerando que, neste momento, o Município não possui em seu quadro de recursos humanos os responsáveis técnicos solicitados pela Vigilância Sanitária, não havendo possibilidade de tal contratação a curto prazo, bem como não há previsão de mudanças estruturais na piscina do CERTI Pioneiro;

Considerando que a piscina do CERTI Coopagro também se encontra sem uso no momento em virtude de dano no compressor;

Considerando que os equipamentos da piscina do CERTI Coopagro já passaram por alguns consertos neste ano de 2022, mas, mesmo assim, após poucos dias de uso, voltaram a apresentar avarias em outras peças;

Considerando que a interrupção das atividades nas piscinas causa enorme prejuízo à saúde e socialização das pessoas idosas que frequentam tais atividades;

Considerando todo o acima exposto, é imperioso que as piscinas de ambos os CERTI's estejam em pleno funcionamento, para que as atividades possam ser executadas.

2.1.2 Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano

A presença de dois Centros da Juventude - CJU, situados nos bairros Jardim Europa e Jardim Coopagro, em Toledo, deve ser compreendida como um valioso recurso para atender as demandas da juventude. De acordo com a Deliberação Nº 04/2009 - CEDCA/PR, o Programa Centros da Juventude estabelece como seu objetivo primordial proporcionar acesso a bens culturais, atividades artísticas, esportivas, tecnológicas e profissionalizantes para os adolescentes e jovens, visando o seu desenvolvimento pessoal, profissional e



político (PARANÁ, 2009).

A abordagem transversal do programa, que busca integrar diferentes políticas setoriais para garantir os direitos dos adolescentes e jovens, reflete a importância central dos CJUs como espaços de formação integral. Nesse sentido, as piscinas destes espaços desempenham um papel fundamental, servindo como palco para atividades de hidroterapia e aulas de natação. Essas atividades representam uma porção significativa do leque de serviços oferecidos.

No entanto, a manutenção contínua e assegurar o funcionamento adequado das piscinas têm revelado desafios constantes. As demandas de manutenção, intervenções corretivas e problemas de funcionamento têm sido uma constante nos CJUs, colocando em risco a continuidade das atividades. A situação da piscina do CJU Coopagro, desativada devido a problemas estruturais e técnicos, reflete essa complexidade.

Diante do exposto, a operação plena das piscinas nos CJUs torna-se fundamental para garantir a eficácia das atividades oferecidas. Tais serviços, ao proporcionarem um ambiente propício para o desenvolvimento integral dos adolescentes e jovens, atuam em conformidade com os objetivos do programa e da legislação vigente.

2.1.3 Secretaria da Educação

A Secretaria da Educação dispõe duas unidades escolares com piscinas para a realização de atividades de contraturno com os alunos da Rede Municipal de Ensino.

A atividade de contraturno realizada em piscinas, tem por objetivo, entre outros:

1. A ampliação da permanência em espaço educativo favorecendo o desenvolvimento integral dos educandos;
2. Desenvolver a socialização dos saberes e habilidades científicas, artísticas, tecnológicas educacionais, socioambientais, culturais, esportivas, de lazer, filosóficas e humanísticas, durante todo o processo de aprendizagem;
3. Estimular os educandos a manter interação efetiva em torno de práticas esportivas educacionais e de lazer, direcionadas ao processo de desenvolvimento humano da cidadania e da solidariedade;
4. Disponibilizar experiências, as mais diversificadas e adequadas ao conteúdo a ser experimentado refletido e confrontado com os conhecimentos que os educandos trazem de suas vivências cotidianas;
5. Oportunizar práticas que privilegiem a curiosidade, a busca, a construção de saberes para a formação de indivíduos mais autônomos e participativos;

Tendo em vista as constantes manutenções realizadas, e os recorrentes problemas no sistema de aquecimento, se justifica a necessidade da execução dos serviços a fim de garantir o pleno e contínuo funcionamento dos equipamentos de acordo com as normas de segurança vigentes, sem interrupção das atividades escolares.

2.1.4 Secretaria de Esportes e Lazer

A Secretaria de Esportes e Lazer possui três equipamentos públicos destinados à prática de atividade física e lazer em meio líquido, sendo duas Piscinas Semi-olímpicas objetivando a prática esportiva e de atividade física e um Parque Temático das Águas que tem por objetivo o atendimento do lazer da população.

Considerando o Art. 217 da Constituição Federal:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária



do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

...

§ 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Para tanto justifica-se a contratação do proposto para atender o que dispõe a Constituição Federal no seu Art. 217 do Esporte e também do lazer. O Município de Toledo possui uma alta demanda da utilização destes serviços, sendo que as piscinas públicas possuem lista de espera superior a 300 pessoas aguardando atendimento. Com a modernização dos equipamentos torna-se possível otimizar a utilização dos equipamentos e reduzir a fila de espera.

2.2 Previsão no plano de contratações anual ou justificativa da ausência de previsão

Os bens/serviços a serem adquiridos estão contemplados no Decreto nº 1.040/2023 que estabeleceu o Plano de Contratações Anual para o Município de Toledo – Paraná, publicado no Órgão Oficial Eletrônico do Município de Toledo no dia 29 de dezembro de 2023. Os bens/serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do disposto no inciso XIII, do artigo 6º, da Lei Federal nº 14.133/21. Consideram-se bens e serviços comuns “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

2.3 Referência aos instrumentos de planejamento/programas/convênios da Secretaria ou Departamento (Objetivo/Iniciativa).

A contratação proposta neste Estudo Técnico Preliminar - ETP está prevista nos instrumentos de planejamento do Município (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA), pois visa garantir a manutenção e a continuidade dos serviços oferecidos pelas Secretarias Municipais.

2.4 Análise de contratações anteriores para identificar as inconsistências ocorridas.

As soluções previamente adotadas incluíram a terceirização de serviços abrangentes (materiais e mão de obra), realizada por empresas especializadas em manutenção de piscinas. Entre as principais inconsistências observadas ao longo dos processos anteriores, figuram:

1. **Lapso Temporal entre Identificação e Implementação:** O período considerável decorrido entre a identificação das necessidades e a definição dos produtos e serviços necessários resultou em atrasos consideráveis.
2. **Prolongamento do Processo:** A duração estendida dos procedimentos, desde a fase interna até a homologação, conduziu a uma demora geral na realização do processo, incluindo a dispensa de licitação.
3. **Paralisação das Atividades:** A interrupção recorrente das atividades ocorreu devido ao não funcionamento adequado das piscinas, ocasionando inatividade em períodos consideráveis.
4. **Ambiguidade nas Tarefas:** A incerteza quanto ao escopo real das atividades gerou desafios na supervisão dos contratos, dificultando a avaliação precisa do que deveria ser executado.
5. **Diversidade de Abordagens sem Êxito:** A implementação de múltiplos processos de conserto para as piscinas em momentos distintos não se traduziu em resultados eficazes.



6. **Fragmentação das Manutenções:** A abordagem fragmentada em relação à manutenção - como separar manutenção de bombas e filtros, intervenções elétricas e hidráulicas - dificultou a coesão da operação.
7. **Descentralização de Serviços e Aquisições:** A ausência de um ponto central para a administração de manutenção, limpeza e aquisição de materiais gerou dispersão na gestão.
8. **Deficiência de Manutenção Preventiva:** A falta de ênfase em manutenções preventivas levou a uma multiplicação de correções reativas, resultando em interrupções frequentes e sem resolução definitiva do problema.

A análise criteriosa das experiências passadas destaca uma série de questões que precisam ser corrigidas para garantir uma abordagem mais eficaz e fluida para a manutenção e operação das piscinas.

2.5 Requisitos necessários para a contratação

- A manutenção/adequação das piscinas será estabelecida de comum acordo entre a área gestora do contrato e a CONTRATADA.
- Para todo e qualquer dano ocasionado na execução do objeto do contrato, por parte da CONTRATADA, o respectivo conserto/substituição ficará a seu cargo.
- Ficará a cargo da CONTRATADA a execução de mão-de-obra, fornecimento de peças, equipamentos e congêneres necessários ao devido funcionamento do sistema das piscinas.
- A CONTRATADA deverá prestar os serviços com zelo, qualidade técnica e segurança obrigatórios, dentro das normas e exigências da CONTRATANTE, dos órgãos de controle e fiscalização e Legislação vigente;
- Todas as instalações e serviços prestados pela CONTRATADA deverão ser realizados por pessoal qualificado, devidamente uniformizado, identificado, com experiência e de acordo com as normas técnicas, sob orientação e coordenação de responsável Técnico (CAU/CREA) indicado pela CONTRATADA devidamente habilitado e qualificado.
- Observar estritamente as recomendações dos fabricantes e as instruções constantes de normas técnicas indicadas para a elevação de vida útil e melhoria do rendimento dos equipamentos.
- Todas as peças, motobombas, aquecedores, filtros e tubulações fornecidas pela CONTRATADA, deverão ser novas, genuínas e compatíveis com as especificações técnicas, não sendo aceito peças usadas, reconcondicionadas ou de qualidade comprovadamente inferior, sendo crucial que haja disponibilidade de peças de reposição e assistência técnica local.
- Os equipamentos devem possuir garantia mínima de 12 meses e os serviços/instalações devem possuir garantia mínima de 3 meses, contados do efetivo recebimento, sendo que a CONTRATADA será responsável por oferecer assistência técnica durante o período estabelecido.
- A remoção de todo entulho e resíduos eventualmente produzidos, bem como o encaminhamento para o devido descarte, será de total responsabilidade da CONTRATADA, exceto os equipamentos de propriedade do município de Toledo/PR.
- A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, recolher e organizar ao final das atividades todo o material utilizado.
- A empresa deverá apresentar atestado de capacidade técnica.
- Os equipamentos devem ser entregues em embalagens reutilizáveis, recicláveis ou biodegradáveis sempre que viável, realizando o descarte adequado conforme a legislação vigente.

Cabe ressaltar que os requisitos de acessibilidade não são pertinentes a esta modalidade de contratação.



3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a necessidade em questão, foram examinadas contratações similares realizadas por diferentes entidades públicas e privadas. Esse esforço visou a identificação das melhores práticas e metodologias de implementação que melhor se alinhassem às exigências da Administração Municipal.

É importante ressaltar que essas informações obtidas no levantamento de mercado servem como referência e embasamento para a elaboração do processo de contratação em questão, contribuindo para uma análise mais completa e fundamentada das opções disponíveis no mercado.

Como resultado da pesquisa em contratações de órgãos da Administração Pública, foram encontradas as seguintes licitações com objetos que possuem requisitos similares aos pretendidos:

- **PREGÃO 310/2022** - Município de Toledo/PR;
- **PREGÃO 38/2022** - Escola de especialistas de Aeronáutica - Ministério da Defesa;
- **PREGÃO 38/2023** - Município de Belo Horizonte/MG;
- **PREGÃO 300/2023** - Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.

Durante uma visita técnica ao Município de Foz do Iguaçu/PR, tanto no contexto da administração pública municipal quanto no âmbito privado, foram observados modelos existentes. No entanto, constatou-se que o modelo encontrado na esfera pública era o registro de preço para manutenção preventiva e corretiva e aquisição de produtos e equipamentos, compartilhando fragilidades comparáveis às enfrentadas pelo Município de Toledo/PR, conforme descritas no item 2. 4 - Análise de contratações anteriores para identificar as inconsistências ocorridas.

Por outro lado, o Hotel Mabu Thermas e Resort, situado no mesmo município de Foz, apresentava uma solução integral para a demanda em questão.

A proposta sugerida está em consonância com a abordagem já existente, envolvendo a realocação inicial de todos os equipamentos, bem como melhorias nas instalações elétricas e hidráulicas. Isso será complementado por sistemas de comando automatizados, aquecimento condizente com as dimensões das piscinas e um contrato abrangente para manutenções preventivas e corretivas, além da limpeza e conservação da água.

Após realizar a análise de mercado considerando os aspectos legais, as opções a seguir surgem como possíveis respostas para atender à demanda existente:

Tabela 1 - Possíveis soluções para a demanda existente

Alternativa 1	Registro de preço para manutenção preventiva e corretiva (fornecimento de material e mão-de-obra);
Alternativa 2	Contratação de pessoa jurídica para a manutenção da casa de máquinas das piscinas públicas do município, sem vínculo empregatício e sem fornecimento de material, ou seja, o material ficará a cargo da Administração Pública;
Alternativa 3	Contratação de empresa especializada para a adequação dos maquinários e instalações elétricas e hidráulicas das piscinas públicas do Município (material e mão-de-obra)

Tabela 2 - Análise da viabilidade para cada uma das alternativas

Alternativa 01: Registro de preço para manutenção preventiva e corretiva (fornecimento de material e mão-de-obra)	
Descrição da solução:	Neste modelo a prestação dos serviços seriam executados de acordo com a demanda para a manutenção preventiva e corretiva das casas de máquinas das piscinas públicas do município e fornecimento de material quando necessário.

**Análise da solução:**

A solução se demonstra inviável, pois, os custos com manutenção seriam altos, vistos que os equipamentos em operação atualmente ultrapassaram o limite de uma década de uso, alguns ultrapassando até mesmo a marca de 15 anos; ao longo desse período, foram realizadas intervenções pontuais de reparo nos equipamentos, contudo, uma renovação completa ou modernização ainda não foi empreendida; desempenho precário e suscetível a falhas operacionais frequentes; Os sistemas elétricos estão comprometidos devido à corrosão do tempo e à exposição a produtos químicos presentes no ambiente; As motobombas estão operando além do limite de sua vida útil, resultando em repetidas avarias e aumentando os custos de manutenção.

Alternativa 02: Contratação de pessoa jurídica para a manutenção da casa de máquinas das piscinas públicas do município, sem vínculo empregatício e sem fornecimento de material, ou seja, o material ficará a cargo da Administração Pública.

Descrição da solução:

Neste modelo de contratação serão discriminados em contrato apenas os serviços de Manutenção preventiva e corretiva sem vínculo empregatício e sem fornecimento de material, ou seja, o material ficará a cargo da Administração Pública. Para possível troca de peças será necessário a realização de um novo processo licitatório.

Análise da solução:

A presente solução se mostra inviável e inadequada, pois devido a vida útil dos equipamentos estarem desgastadas resultando em um desempenho precário e suscetível a falhas operacionais frequentes. Além disso, trata-se de uma contratação sem fornecimento de material, ou seja, o material ficará a cargo da Administração Pública, já que gera o excesso de procedimentos administrativos, especialmente os relacionados à compra das peças. Além disso, diversos processos licitatórios interdependentes tornam o resultado mais suscetível a falhas. Por exemplo, a falta de algum material pode acarretar na não realização das manutenções, comprometendo o sistema e ocasionando a suspensão das atividades.

Alternativa 03: Contratação de empresa especializada para a adequação dos maquinários e instalações elétricas e hidráulicas das piscinas públicas do Município (material e mão-de-obra)

Descrição da solução:

Este modelo de contratação engloba a adequação e dimensionamento correto de todo o sistema das piscinas públicas. Isso se dará a partir da substituição de todos os equipamentos que compõem o conjunto (motobombas, pré-filtros, filtros, aquecedores) e instalações elétricas e hidráulicas.

Análise da solução:

A presente solução se mostra viável e adequada, tendo em vista que a adequação total não necessitará de manutenções corretivas de imediato, pois os equipamentos serão novos e possuirão garantia de um ano. Além disso, o correto dimensionamento do sistema trata melhor desempenho ao conjunto, reduzindo as falhas operacionais frequentes. Ademais, o novo modelo traz modernidade e efetividade pois até mesmo em manutenções corretivas/preventivas existe o sistema de redundância, que permite a continuidade do funcionamento das piscinas. Os sistemas elétricos e hidráulicos estarão compatíveis e devidamente adequados às normas mais recentes, aumentando a vida útil dos equipamentos e reduzindo possíveis danos. A medida visa garantir o pleno funcionamento das atividades realizadas nas piscinas públicas, sem interrupções.



4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

Após uma análise criteriosa dos elementos que convergem para os resultados almejados, torna-se claro que a melhor alternativa a imediata adequação através da aquisição e instalação integral do sistema de bombas, filtros, aquecedores e componentes elétricos/hidráulicos, assegurando uma base sólida para o funcionamento das piscinas (alternativa 03).

Em relação à complexidade técnica dos serviços a serem prestados, compreende-se que a licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com a solução proposta neste estudo, seja por meio de apresentação atestados de Capacidade Técnica e/ou atestado de capacidade técnica-operacional que comprove(m) que tenha fornecido os equipamentos e prestado os serviços de natureza semelhante a do objeto a ser licitado. Além disso, é imprescindível o acompanhamento da execução das instalações por profissional técnico responsável, devidamente qualificado.

Essa abordagem constitui uma estratégia completa para solucionar o desafio.

A análise de mercado ressalta a presença limitada de fornecedores capazes de atender todas as etapas desta solução proposta. Portanto é viável permitir a subcontratação parcial do objeto, principalmente em relação às instalações hidráulicas e elétricas, focando em cada aspecto necessário, de forma a atingir o resultado esperado.

Ao conduzir essas análises e delineando uma solução viável, levando em conta o histórico do Município de Toledo/PR com atas de registro de preços que não demonstraram ser eficazes, buscou-se estimar os valores pertinentes à proposta de solução.

Considerando que os materiais, equipamentos e serviços são comuns nesse contexto, a modalidade de licitação ideal parece ser o Pregão Eletrônico, permitindo a avaliação com base no menor preço.

Portanto, a contratualização deve estar alinhada às demandas das diversas secretarias envolvidas, fragmentando-se em distintos lotes de acordo com a necessidade de cada local, uma vez que a prestação dos serviços de forma integral por uma única empresa não é viável. Essa segmentação deve espelhar as diferentes áreas de atividade propostas na solução.

4.1 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Conforme levantamento realizado para a execução da primeira etapa que consiste na imediata aquisição e instalação integral do sistema e do aquecimento elétrico, observam-se que os seguintes itens serão necessários:

ITEM	SMEL	SMAS	SMDH	SMED	QUANTIDADE TOTAL POR ITEM
Bomba 3cv	2	6	4	4	16
Bomba 5cv	8	0	4	0	24
Bomba 10hp	2	0	0	0	2
Pré Filtro	10	4	8	4	36
Filtro 70m3/h	10	0	4	0	14
filtro 35m3/h	0	2	0	2	4
aquecedor elétrico	8	4	8	4	24



quadro de comando	2	2	2	2	8
readequações elétricas	2	2	2	2	8
adequações hidráulica	6	2	2	2	12

4.2 ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Para estimar o preço desta contratação, foi utilizada a metodologia de orçamento preliminar através de cotações de preços com empresas especializadas em cada um dos segmentos necessários a cumprir com o objetivo deste estudo, sendo que os valores estão detalhados a seguir:

ITEM	SMEL	SMAS	SMDH	SMED	TOTAL POR ITEM
Bomba 3cv	R\$ 5.760,00	R\$ 17.280,00	R\$ 11.520,00	R\$ 11.520,00	R\$ 46.080,00
Bomba 5cv	R\$ 76.800,00	-	R\$ 38.400,00	-	R\$ 115.200,00
Bomba 10hp	R\$ 15.600,00	-	-	-	R\$ 15.600,00
Pré Filtro	R\$ 44.000,00	R\$ 8.800,00	R\$ 17.600,00	R\$ 8.800,00	R\$ 79.200,00
Filtro 70m3/h	R\$ 48.000,00	-	R\$ 19.200,00	-	R\$ 67.200,00
Filtro 35m3/h	-	R\$ 11.714,00	-	R\$ 11.714,00	R\$ 23.428,00
Aquecedor elétrico	R\$ 38.400,00	R\$ 19.200,00	R\$ 38.400,00	R\$ 19.200,00	R\$ 76.800,00
Quadro de comando	R\$ 9.200,00	R\$ 9.200,00	R\$ 9.200,00	R\$ 9.200,00	R\$ 36.800,00
Readequações elétricas	R\$ 7.836,18	R\$ 7.836,18	R\$ 7.836,18	R\$ 7.836,18	R\$ 31.344,72
Adequações hidráulica	R\$ 14.616,00	R\$ 4.872,00	R\$ 4.872,00	R\$ 4.872,00	R\$ 29.232,00
TOTAL POR LOCAL	R\$ 260.212,18	R\$ 78.902,18	R\$ 147.028,18	R\$ 73.142,18	R\$ 559.284,72

O preço total estimado desta contratação é de aproximadamente R\$559.284,72 (quinhentos e cinquenta e nove mil e duzentos e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

5. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Embora o parcelamento do objeto seja a regra para as contratações públicas, conforme prevê o inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, para o presente objeto julgou-se inoportuno o parcelamento, tendo em vista que a divisão do objeto se mostra tecnicamente inviável e economicamente desfavorável à administração. O objeto é constituído de diversos itens e serviços interdependentes, e por este motivo, devemos considerar um serviço único, sendo inviável o parcelamento da solução. No entanto, observa-se que é possível a contratação através de lotes por local, devendo ser executados de forma concomitante.

5.1 A contratação será global, por lotes de itens, ou por itens



A modalidade de contratação será estabelecida em lotes de itens, sendo de entendimento desta comissão a abordagem mais adequada. A escolha pela modalidade de contratação é respaldada pela interdependência essencial entre os elementos envolvidos para atingir o resultado desejado.

5.1.1 Se for por lotes de itens, indicar a composição dos lotes

LOTE 1: Adequação do sistema da piscina do CERTI Coopagro	
Bomba 3cv	R\$ 8.640,00
Pré Filtro	R\$ 4.400,00
Filtro 35m3/h	R\$ 5.857,00
Aquecedor elétrico	R\$ 9.600,00
Quadro de comando	R\$ 4.600,00
Readequações elétricas	R\$ 3.918,09
Adequações hidráulica	R\$ 2.436,00
TOTAL	R\$ 39.451,09

LOTE 2: Adequação do sistema da piscina do CERTI Pioneira	
Bomba 3cv	R\$ 8.640,00
Pré Filtro	R\$ 4.400,00
Filtro 35m3/h	R\$ 5.857,00
Aquecedor elétrico	R\$ 9.600,00
Quadro de comando	R\$ 4.600,00
Readequações elétricas	R\$ 3.918,09
Adequações hidráulica	R\$ 2.436,00
TOTAL	R\$ 39.451,09

Lote 3: Adequação do Sistema da Piscina da Escola José Pedro Brum (CAIC)	
Serviços preliminares/elétricos/hidráulicos	R\$ 8.135,47
Filtro de fibra de vidro 15,40m³/h	R\$ 6.330,00
Motobomba 1"CV	R\$ 2.894,00
Bomba de calor	R\$ 65.370,00
Total	R\$ 82.729,47



Lote 4: Adequação do Sistema da Piscina da Escola Ivo Welter	
Serviços preliminares/elétricos/hidráulicos	R\$ 9.053,16
Filtro de fibra de vidro 15,40m³/h	R\$ 6.330,00
Motobomba 1"CV	R\$ 2.894,00
Bomba de calor	R\$ 65.370,00
Total	R\$ 83.647,16

LOTE 5: Adequação do sistema da piscina do CJU Coopagro	
Bomba 5cv	R\$ 38.400,00
Pré Filtro	R\$ 8.800,00
Filtro 70m³/h	R\$ 9.600,00
Aquecedor elétrico	R\$ 19.200,00
Quadro de comando	R\$ 4.600,00
Readequações elétricas	R\$ 3.918,09
Adequações hidráulica	R\$ 2.436,00
TOTAL	R\$ 86.954,09

LOTE 6: Adequação do sistema da piscina do CJU Europa	
Bomba 3cv	R\$ 11.520,00
Pré Filtro	R\$ 8.800,00
Filtro 70m³/h	R\$ 9.600,00
Aquecedor elétrico	R\$ 19.200,00
Quadro de comando	R\$ 4.600,00
Readequações elétricas	R\$ 3.918,09
Adequações hidráulica	R\$ 2.436,00
TOTAL	R\$ 60.074,09

Lote 7: Adequação do Sistema da Piscina Aldo Belo – Ginásio Euzébio Garcia	
Filtro de fibra de vidro vazão 40.75 m³/h	R\$ 22.880,00
Motobomba 7,5"CV	R\$ 7.920,00
Motobomba 6,2"CV	R\$ 2.700,00
Serviços preliminares/elétricos/hidráulicos	R\$ 9.541,79
TOTAL	R\$ 43.041,79



Lote 8: Adequação do Sistema da Piscina Claus Fuchs	
Filtro de fibra de vidro vazão 40.75 m³/h	R\$ 22.880,00
Motobomba 7,3"CV	R\$ 3.175,00
Serviços preliminares/elétricos/hidráulicos	R\$ 10.578,38
TOTAL	R\$ 36.633,38

Lote 9: Adequação do Sistema da Piscina Aldo Belo – Ginásio Euzébio Garcia	
Filtro de fibra de vidro vazão 11.80 m³/h	R\$ 1.960,00
Filtro de fibra de vidro vazão 40.75 m³/h	R\$ 45.760,00
Motobomba 7,5"CV	R\$ 63.360,00
Motobomba 3,4"CV	R\$ 1.360,00
Motobomba 4,1"CV	R\$ 1.447,00
Motobomba 6,2"CV	R\$ 5.400,00
Serviços preliminares/elétricos/hidráulicos	R\$ 39.718,38
TOTAL	R\$ 159.005,38

Lote 10: Adequação do Sistema da Piscina da Escola Ivo Welter	
Serviços preliminares/elétricos/hidráulicos	R\$ 9.118,98
Filtro de fibra de vidro 15,40m³/h	R\$ 6.330,00
Motobomba 1"CV	R\$ 2.894,00
Bomba de calor	R\$ 65.370,00
Total	R\$ 83.712,98

Lote 11: Adequação do Sistema da Piscina da Escola José Pedro Brum (CAIC)	
Serviços preliminares/elétricos/hidráulicos	R\$ 8.135,47
Filtro de fibra de vidro 15,40m³/h	R\$ 6.330,00
Motobomba 1"CV	R\$ 2.894,00
Bomba de calor	R\$ 65.370,00
Total	R\$ 82.729,47



6. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Em relação às providências que devem ser adotadas pela administração, previamente à celebração do contrato, observam-se as seguintes demandas:

- planejamento em relação à suspensão das atividades executadas nas secretarias para que possam ser realizadas as instalações e serviços;
- designação de servidor(a) para realizar a limpeza, retirada e demais demandas necessárias a deixar os locais dos serviços aptos para o início da execução do contrato;
- estabelecer cronograma de execução dos serviços, considerando as peculiaridades de cada local;

7. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Evidencia-se que a resolução dos problemas enfrentados por várias secretarias requer a realização de diversas contratações correlatas, como a "Aquisição e instalação do sistema completo de bombas, filtros e sistema elétrico/hidráulico e "Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos", bem como a "Contratação de empresa especializada para limpeza das piscinas e manutenção da qualidade da água". Não observa-se contratações interdependentes para a solução a ser contratada.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A implementação de um novo sistema para a casa de máquinas tem como objetivo primordial assegurar a otimização das atividades realizadas. Nesse sentido, a contratação proposta busca a adequação de sistemas hidráulicos e elétricos e a aquisição de equipamentos novos, entre outros elementos, com o propósito de minimizar as intervenções de manutenção corretiva. O intuito é estabelecer um cenário em que a supervisão e administração das manutenções preventivas sejam suficientes para preservar a longevidade do sistema, sem a interrupção das atividades.

Além desses aspectos, a empreitada almeja concretizar diversos outros resultados benéficos. Isso abarca a redução das intervenções de reparo, a diminuição dos intervalos de suspensão das operações de várias secretarias devido a consertos e falhas. Em última análise, a intenção é proporcionar serviços públicos de excelência com a máxima eficiência, eficácia e efetividade possíveis.

Esses argumentos estão em consonância com o princípio da eficiência na Administração Pública, respaldados pela legislação aplicável aos contratos públicos e ao desempenho da função pública. Neste contexto, a solução proposta é considerada a mais adequada para atender de forma efetiva ao interesse público, assegurando a qualidade na prestação dos serviços em âmbito municipal.

9. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

A Empresa CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, de acordo com os normativos vigentes, como: IN nº 05/2017 e IN nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e a lei de Licitações e Contratos; Decreto nº 7.746/2012 e suas alterações (Decreto Nº 9.178/2017), na Lei 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, na Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01, de 2010, Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, legislações ambientais no que couber durante a realização das manutenções. Nesse sentido, segundo critérios de sustentabilidade ambiental a empresa contratada deve adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber: Os bens/materiais devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2. As peças e itens aplicados durante todo o contrato devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens coletivas, com o menor volume possível, utilizando materiais reciclados ou reutilizados sem perder a garantia de um correto e seguro transporte. Os materiais e peças empregados não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada



na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs). A futura contratada deverá realizar o recolhimento de todos os resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, em observância ao Decreto nº 5.940/2006. Devem ser observados os requisitos ambientais com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

10. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO E VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nos Estudos Preliminares realizados e considerando que se trata de uma real necessidade do Município de Toledo/PR, é imprescindível a contratação de empresas especializadas capazes de atender às necessidades elencadas neste documento.

Além disso, ao analisar os elementos apresentados anteriormente, verifica-se que essa solução como um todo é VIÁVEL e essencial para atender às reais necessidades das Secretarias envolvidas, visando o pleno funcionamento dos equipamentos. Vale ressaltar que essa opção é economicamente VIÁVEL, considerando a disponibilidade orçamentária.

Adicionalmente, os requisitos estabelecidos atendem de forma adequada às demandas formuladas, os custos previstos são compatíveis com a proposta e os riscos identificados são administráveis. Diante dessas considerações, RECOMENDA-SE o prosseguimento do processo, uma vez que essa medida proporcionará os resultados desejados.

Toledo, 01 de fevereiro de 2024.

Equipe responsável pela elaboração:

Assinado eletronicamente

MAÍRA ESCOBAR DE ARAUJO

Analista em Administração e Planejamento I

Matrícula: 864551

Assinado eletronicamente

FERNANDA ROCHA DE QUEIROZ

Assistente em Administração I

Matrícula: 771961

Assinado eletronicamente

DANIELE SCHEITT BURILLE

Diretora Administrativo e Financeira

Matrícula: 846401

Assinado eletronicamente

FRANZ MENEGASSO

Técnico Desportivo I - Organização e Administração Esportiva

Matrícula: 746851

Assinado eletronicamente

JEAN MICHELL FAGUNDES BISPO

Diretor de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS

Matrícula: 780931



Assinado eletronicamente

MARCELO ANDREAS MENDES

Assistente em Administração I

Matrícula: 844281

Aprovação

O presente Estudo Técnico Preliminar já assinado pelos responsáveis por sua elaboração, fica devidamente aprovado pela autoridade competente.

Assinado eletronicamente

SOLANGE SILVA DOS SANTOS FIDELIS

Secretária de Assistência Social

Assinado eletronicamente

MARLI GONÇALVES COSTA

Secretária da Educação

Assinado eletronicamente

EUDES LUIZ DALLAGNOL

Secretário de Esportes e Lazer

Assinado eletronicamente

ROSIANY FAVARETO

Secretária de Políticas para Infância, Juventude,
Mulher, Família e Desenvolvimento Humano

**ANEXO do Estudo Técnico Preliminar****LOCAIS A SEREM ATENDIDOS****1. Secretaria de Assistência Social**

- Piscina Pública CERTI Coopagro, Rua Rodrigues Alves, 1224 Jardim Coopagro, Toledo - PR
- Piscina Pública CERTI Pioneira Rua Capitão Leonidas Marques, 1003, Vila Pioneiro, Toledo - PR

2. Secretaria de Esportes e Lazer

- Parque Temático das Águas, Rua Alemanha, Jardim Bandeirantes, Toledo – PR
- Piscina Pública do Ginásio Euzébio Garcia, Rua Tomas de Aquino, 617, Vila Pioneiro, Toledo - PR
- Piscina Pública Claus Fuchs, Rua Guanabara, 1040, Jardim Santa Maria, Toledo - PR

3. Secretaria de Educação

- Piscina Escola Ivo Welter, Rua Artur Mazzaferro, 6150 - Santa Clara IV
- Piscina Escola José Pedro Brum/ CAIC, Rua Capitão Leônidas Marques, 1896 - Jardim Maracanã

4. Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano

- Centro da Juventude Marcio Antonio Bombardelli - Endereço: Av. Maripá, 1831, Jd Europa.
- Centro da Juventude Mariana Luiza von Borstel - Endereço: Rua Pacífico Dezem, 337, Jd Coopagro.



**ANEXO III
PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 28/2024**

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 28/2024 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

NOME DA EMPRESA:

REPRESENTANTE e CARGO:

ENDEREÇO e TELEFONE:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Termo de Referência.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA (SE HOUVER)

A garantia deverá ser da seguinte forma: para todos os **Lotes** de no mínimo _____, a contar do recebimento definitivo do objeto pela CONTRATANTE.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Termo de Referência, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

No mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.

**ANEXO IV
DECLARAÇÕES UNIFICADAS**

PROPONENTE.....

ENDEREÇO:.....

CNPJ/MF: FONE: (0xx.....)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura do Município de Toledo, que:

- a) Não fomos declarados inidôneos** para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
- b)** Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- c)** Não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#).
- d)** Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
- e)** Não possuímos pessoas em nosso quadro societário (contrato social, estatuto social), impedidas de contratar com o Município de Toledo-PR nos termos do artigo 130 da Lei Orgânica c/c com o artigo 14 da Lei 14.133/21 e PREJULGADO nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- f)** Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g)** Estamos sob o **regime de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **SIM () NÃO ()**.

....., de de 2024.

Assinatura e Identificação do Responsável Legal e da Empresa

RG/CPF:

**ANEXO V****DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO****1 – DA EMPRESA PROPONENTE:**

Nome empresarial _____

Rua _____ nº _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

CNPJ nº _____

Conta Corrente nº _____ Agência _____ Banco _____

Inscrição Estadual nº _____ Inscrição Municipal/ISS (alvará) nº _____

Telefone _____ Fax _____

Contador da empresa _____ Telefone _____

2 - DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome _____

Função _____

Data de Nascimento _____ Estado Civil _____

Escolaridade _____ RG nº _____ Órgão emissor _____

CPF _____

Rua _____ nº _____

Bairro _____ Complemento _____ Cidade _____

Estado _____ CEP _____ Telefone _____

Fax _____ Celular _____ E-mail _____

Local e data: ____/____/____/2024.

**Assinatura e Identificação do
Responsável Legal e da Empresa**

**ANEXO VI****MINUTA DE CONTRATO N° ____/2024**

Contrato de compra e venda, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE TOLEDO** e a empresa _____, na forma abaixo.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Raimundo Leonardi n° 1586, inscrito no CNPJ/MF sob n° 76.205.806/0001-88, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT**, residente e domiciliado nesta cidade, portador da CI/RG n° 3.484.856-4 SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob n° 483.580.029-04, e

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua _____ n° _____, Bairro _____, CEP: _____, na cidade de _____, Estado _____, inscrito no CNPJ/MF sob n° _____, Inscrição Estadual n° _____, Inscrição Municipal/ISS n° _____, neste ato representada pelo **Sr. _____**, residente e domiciliado a rua _____, na Cidade de _____, Estado do _____, portador da CI/RG n° _____ e do CPF/MF n° _____.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para adequações das piscinas públicas do Município de Toledo/PR, compreendendo o fornecimento de equipamentos, materiais e a realização das instalações necessárias, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme a seguir:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID.	MARCA	VALOR POR ITEM	VALOR TOTAL
1							
2							

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei n° 14.133/21, e de acordo com as conclusões do **Pregão Eletrônico n.º 28/2024**, aplicando-se ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

3. DO VALOR

3.1. O valor aprovado para o objeto é de **R\$** (.....), denominado valor contratual.

3.2. Os pagamentos decorrentes da aquisição dos objetos contratuais correrão através das seguintes dotações orçamentárias:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	6850	09.002.12.361.0024.6080	104	4.4.90.52.39.00	De Exercícios Anteriores
2024	6860	09.002.12.361.0024.6080	107	4.4.90.52.39.00	De Exercícios Anteriores
2024	19160	16.002.08.241.0048.2189	0	4.4.90.52.39.00	De Exercícios Anteriores
2024	6830	09.002.12.361.0024.6080	0	4.4.90.52.39.00	De Exercícios Anteriores
2024	9390	10.001.27.122.0002.2098	0	3.3.90.39.16.00	Do Exercício
2024	9440	10.001.27.122.0002.2098	0	4.4.90.52.39.00	De Exercícios Anteriores
2024	6720	09.002.12.361.0024.6080	0	3.3.90.39.16.00	De Exercícios Anteriores
2024	6730	09.002.12.361.0024.6080	103	3.3.90.39.16.00	Do Exercício



2024	6750	09.002.12.361.0024.6080	107	3.3.90.39.16.00	Do Exercício
2024	9390	10.001.27.122.0002.2098	0	3.3.90.39.16.00	De Exercícios Anteriores
2024	19120	16.002.08.241.0048.2189	0	3.3.90.39.16.00	De Exercícios Anteriores
2024	6850	09.002.12.361.0024.6080	104	4.4.90.52.39.00	Do Exercício
2024	4100	07.002.14.243.0018.6055	0	4.4.90.52.39.00	Do Exercício
2024	19160	16.002.08.241.0048.2189	0	4.4.90.52.39.00	Do Exercício
2024	4050	07.002.14.243.0018.6055	0	3.3.90.39.16.00	Do Exercício
2024	6740	09.002.12.361.0024.6080	104	3.3.90.39.16.00	Do Exercício
2024	6840	09.002.12.361.0024.6080	103	4.4.90.52.39.00	Do Exercício
2024	4100	07.002.14.243.0018.6055	0	4.4.90.52.39.00	De Exercícios Anteriores
2024	19120	16.002.08.241.0048.2189	0	3.3.90.39.16.00	Do Exercício
2024	6720	09.002.12.361.0024.6080	0	3.3.90.39.16.00	Do Exercício
2024	6860	09.002.12.361.0024.6080	107	4.4.90.52.39.00	Do Exercício
2024	6830	09.002.12.361.0024.6080	0	4.4.90.52.39.00	Do Exercício
2024	4050	07.002.14.243.0018.6055	0	3.3.90.39.16.00	De Exercícios Anteriores
2024	9440	10.001.27.122.0002.2098	0	4.4.90.52.39.00	Do Exercício

4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto deverá atender às especificações constantes na descrição dos itens, todos contêm as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação, não constando condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação ou, ainda, impertinentes ou irrelevantes para o objetivo da contratação, sendo também observadas as normas e referências existentes aplicáveis ao objeto.

4.2. Subcontratação:

4.2.1. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.2.1.1. Serviços preliminares, instalações hidráulicas, instalações elétricas e instalação dos equipamentos conforme memorial descritivo, projetos hidráulico e elétrico e planilha orçamentária.

4.2.1.2. Profissional técnico responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços mediante anotação de responsabilidade técnica-ART ou registro de responsabilidade técnica-RRT.

4.2.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2.3. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.2.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.2.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.3. Garantia da contratação:

4.3.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021 em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

4.3.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária e seguro-garantia deverá ser prestada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

4.3.2.1. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.



4.3.2.2. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.3.3. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.3.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.3.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a)** Prejuízos advindos de imperícia nas instalações dos equipamentos;
- b)** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- c)** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d)** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- e)** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

4.3.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica, com correção monetária.

4.3.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.3.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.3.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.3.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.3.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.3.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

4.3.12. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro.

4.3.13. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

4.3.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.3.15. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

4.3.16. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

4.3.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua assinatura, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, prorrogável desde que devidamente justificado, por período não superior ao prazo inicialmente contratado.



5.2. O prazo máximo para execução é de até 150 (cento e cinquenta) dias contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço;

5.2.1. A contratada deverá cumprir com o estabelecido no cronograma de execução dos serviços conforme estabelecido no ANEXO II do Termo de Referência.

5.2.1.1. No caso de uma empresa vencedora do certame, a ordem de prioridade e o prazo estabelecidos no cronograma deverão ser respeitados.

5.2.1.2. No caso de múltiplas contratadas, a ordem de execução será adequada conforme lote adjudicado, mantendo a prioridade de execução estabelecida no cronograma.

5.2.1.3. Qualquer necessidade de alteração do cronograma deverá ser previamente aprovada pelo Fiscal do Contrato.

5.3. Os serviços deverão ser executados por técnicos identificados, especializados e habilitados, atendendo às Normas da ABNT e do INMETRO.

5.4. Quaisquer materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à plena execução dos serviços serão todos fornecidos pela CONTRATADA, a qual deverá identificar os equipamentos e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares porventura pertencentes à Contratante ou terceiros.

5.5. O deslocamento dos equipamentos, quando necessário, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desde o transporte dos mesmos até o local onde será executado o conserto, bem como seu retorno ao respectivo local de instalação da CONTRATANTE.

5.5.1. Responsabilidade técnica: A CONTRATADA se responsabilizará tecnicamente pela execução dos serviços, considerando as peculiaridades dos diferentes ambientes em que estes serão executados, sendo que deverá possuir ou contratar profissional para acompanhamento da execução dos serviços. Esse responsável técnico acompanhará todas as etapas de execução do serviço, garantindo a plena execução do objeto.

5.5.2. A contratada deverá realizar a anotação de responsabilidade técnica-ART ou registro de responsabilidade técnica-RRT arcando com os custos relacionados.

5.6. Os locais onde serão executados os serviços deverão ser mantidos limpos e organizados. Após a conclusão, deverão ser retirados todos os materiais, ferramentas e equipamentos, devendo-se manter a área livre dos resíduos provenientes dos serviços.

5.7. Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores, se houver, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

5.8. Se o fornecedor convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores que tiverem aceitado fornecer os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor - cadastro de reserva, na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.

5.9. Instalação e desinstalação:

5.9.1. Instalações: Os locais estão pré-determinados pelas Secretarias requisitantes de acordo com o ANEXO I. Já estão inclusos no valor dos itens de instalação o fornecimento de todo o material necessário para as instalações: cabos, conectores, disjuntores, quadros, tubulações, colas, conexões, registros, serviços preliminares (alvenaria e/ou metalúrgicos) e demais itens necessários.

5.9.2. Desinstalações: Os locais estão pré-determinados pelas Secretarias requisitantes. Inclui a retirada completa dos equipamentos existentes, fiações, tubulações e demais itens necessários para que possam ser instalados os novos equipamentos.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. A avaliação da execução do objeto utilizará alguma metodologia de Medição para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

- a) Não produzir os resultados acordados;
- b) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



6.1.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)	
Item	Descrição
Finalidade	Realizar o cumprimento integral dos serviços relacionados no Termo de Referência e dos resultados esperados.
	Garantir que os equipamentos, ferramentas, materiais, insumos, EPIs, e outros, possuam qualidade e sejam fornecidos em quantidade suficiente.
Meta a cumprir	Atender 100% do contrato
Instrumento de medição	Empenho entregue à contratada.
Forma de acompanhamento	Empenho dentro do período de referência, devidamente avaliados pela fiscalização.
	Check-list específico, feita por inspeção dos serviços nas áreas atendidas.
Periodicidade	Por nota de empenho.
Início de vigência	A partir do recebimento da Ordem de Serviço/Empenho entregue a contratada.
Faixa/Número de Ocorrências/Ajuste no Pagamento/Sanções	Faixa 1 – até 01 ocorrência = 100% do valor do empenho
	Faixa 2 – de 02 a 03 ocorrências = 95 % do valor do empenho
	Faixa 3 – de 04 a 05 ocorrências = 90 % do valor do empenho
	Faixa 4 – de 06 a 08 ocorrências = 80% do valor do empenho
	Faixa 5 – de 09 a 10 ocorrências = penalidade de advertência.
	Faixa 6 - acima de 11 ocorrências - multa e rescisão contratual
Observações	Os serviços medidos para fins de avaliação estarão concentrados nos prazos, quantidade e qualidade de execução completa das demandas.

FATORES DE AVALIAÇÃO (CHECK-LIST)		
Item	Aferição	Número de Ocorrência
1	Inobservância, injustificada do tempo máximo para a conclusão dos serviços, por ocorrência.	
2	Deixar de manter os locais limpos e organizados, após execução dos serviços, por ocorrência.	
3	Deixar de utilizar equipamentos compatíveis (em qualidade e quantidade) com o objeto do contrato; por equipamento e por ocorrência.	
4	Permitir a presença de empregado mal apresentado; por empregado e por ocorrência.	
5	Não manter postura e comportamento éticos. Mantendo o cuidado até mesmo em conversas e/ou falar palavrões. Por empregado e por ocorrência.	
6	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	
7	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	
8	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	
9	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, por empregado, por ocorrência.	
10	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por local.	
11	Reutilizar material, peça ou equipamento; por ocorrência.	
12	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	
13	Utilizar as dependências do serviço para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	
14	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:		
15	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	
17	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	



18	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	
20	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por dia.	
21	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	
22	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e Anexos da Licitação, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	
23	Realizar a anotação de responsabilidade técnica-ART definindo profissional responsável técnico pelo acompanhamento da execução dos serviços prestados	

6.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Não produziu os resultados acordados;
- b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) Deixou de utilizar os materiais exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.2. Critérios de Recebimento.

6.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.2.2. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os equipamentos e dos serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

6.2.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final da execução do objeto/lote, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade, em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.2.4. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais/equipamentos empregados, cabendo à fiscalização não atestar a execução até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.2.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.2.6. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

6.2.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.2.8. A fiscalização não efetuará o ateste do recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

6.2.9. Os serviços/materiais/equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.2.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 1 (um) dia, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes.



6.2.11. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

6.2.12. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

6.2.13. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.2.14. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição.

6.2.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.2.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, contados do recebimento definitivo dos serviços acompanhados da Nota Fiscal.

7.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.3. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas: $I = (TX / 100) / 365$ EM = $I \times N \times VP$, em que: I = índice de atualização financeira; TX = percentual da taxa de juros de mora anual; EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; e VP = Valor da parcela em atraso.

7.6. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

7.7. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

7.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) a data da emissão; b) os dados do contrato e do órgão contratante; c) o período respectivo de execução do contrato; d) o valor a pagar; e e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

7.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

7.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.12. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá



comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.19. O pagamento será condicionado ao atendimento ao disposto na IN nº 001/2022- SEFA e IN nº 002/2022- SEFA (disponível no link <https://www.toledo.pr.gov.br/portal/fazenda>).

7.20. É obrigatória a observância da retenção do Imposto de Renda na fonte conforme IN RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, e consequentemente influenciou a promulgação do Decreto Municipal nº 891, de 15 de agosto de 2023, que dispõe sobre a retenção na fonte do Imposto de Renda incidente sobre pagamentos a fornecedores do Município de Toledo, quando couber.

7.21. A contratada deverá observar:

a) Reter 11% da mão de obra ao INSS (Pessoa Física ou Jurídica), ou 3,5% se optante pela CPRB, se isento ou imune apresentar fundamento legal.

b) Calcular o ISS considerando 100% do valor dos serviços, conforme legislação ou comprovar isenção ou imunidade nos termos da lei. Havendo subcontratação dos serviços deve a empresa contratante apresentar DAM – Documento de Arrecadação Municipal, comprovando o recolhimento, ao Município de Toledo-PR, do ISS do subcontratado, ou o valor será retido na fonte.

c) Reter IR conforme Tabela Progressiva, se Pessoa Física, ou conforme IN RFB n.º 1.234/12, Decreto Municipal n.º 891/2023 e demais legislações vigentes, se Pessoa Jurídica, se isento ou imune apresentar fundamento legal. O Comprovante de Retenção está disponível em:

- <https://equiplano.toledo.pr.gov.br:7443/transparencia/pagamentosFornecedor>

d) O licitante vencedor, sendo optante pelo regime tributário do SIMPLES, quando os serviços contratados forem incompatíveis com o regime do Simples, deve comprovar em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato a entrega de seu pedido de exclusão do regime junto à RFB. Não atendida esta exigência, o Município comunicará a RFB, mediante ofício, a fim de que a RFB providencie a exclusão da empresa contratada do regime simplificado. Conforme determinam os ACÓRDÃOS N.º 2.798/2010 – TCU – Plenário, N.º 797/2011 – TCU – Plenário e N.º 341/2012 – TCU – Plenário.

e) Exige-se que no processo licitatório, quando os serviços contratados forem incompatíveis com o regime do Simples, a Planilha de Custos e Formação de Preços seja preenchida sem considerar a tributação de acordo com o regime do SIMPLES Nacional. Conforme determinam os ACÓRDÃOS N.º 2.798/2010 – TCU – Plenário, N.º 797/2011 – TCU – Plenário e N.º 341/2012 – TCU – Plenário. Nas cessões de mão de obra o pagamento será efetuado após protocolo do requerimento na municipalidade, com os documentos exigidos na IN CCI n.º 002/2020, Anexo II, disponível em:

- https://www.toledo.pr.gov.br/secretarias/controle_interno/controle-interno/instrucoes-normativas

f) Apresentar Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA) quando houver contratação destes profissionais. E GFIP/SEFIP com enquadramento na Categoria 13 – (trabalhador autônomo em geral, inclusive o operador de máquina, com contribuição sobre remuneração e o trabalhador associado à cooperativa de produção).

g) Instruções Normativas da Secretaria de Fazenda, disponíveis em:

- https://www.toledo.pr.gov.br/secretarias/secretaria_fazenda_captacao_recursos/fazenda

h) A programação para pagamento e acompanhamento da liquidação da Nota ou Documento Fiscal pode ser feito pelos links:

EXTRATO MOVIMENTAÇÃO POR FORNECEDOR

- <http://equiplano.toledo.pr.gov.br:7474/transparencia/extratoFornecedor>

PAGAMENTOS / RETENÇÕES POR FORNECEDOR



- <http://equiplano.toledo.pr.gov.br:7474/transparencia/pagamentosFornecedor>

8. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1. Os prazos e as condições de garantia dos produtos e dos serviços necessários à execução do objeto do presente são as definidas pela legislação (Código Civil Brasileiro e Código de Defesa do Consumidor) em vigor.

8.2. Os itens terão garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da execução dos serviços.

8.3. A garantia abrange todos os equipamentos e os serviços executados, incluindo as peças substituídas no ato da manutenção, devendo a FORNECEDORA solucionar no prazo de 48 horas qualquer falha no funcionamento dos equipamentos.

8.4. Os serviços deverão ter garantia com cobertura total, irrestrita, sem ônus para falhas, vícios e defeitos de execução e/ou desgaste anormal de componentes e peças substituídas, pelo período indicado, a contar da data da execução da manutenção, obrigando-se o adjudicatário a reparar os danos materiais e substituir as peças que se fizerem necessárias em decorrência de tais problemas, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, até mesmo transporte, seguro, etc.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. 11.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. A secretaria ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a secretaria ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.7. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.8. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.9. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.10. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.11. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.12. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.13. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a regularidade fiscal da empresa.

9.14. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



9.15. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.16. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.17. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.18. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.19. Caberá ao fiscal do contrato comunicar o gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.20. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.22. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.23. O fiscal do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.24. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.25. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.26. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.27. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.28. O gestor do contrato será o titular da respectiva secretaria demandante.

9.29. No que concerne à manutenção das piscinas das escolas pertencentes à Secretaria da Educação, os respectivos fiscais setoriais serão os responsáveis pelo recebimento e acompanhamento da execução do serviço, ficando a cargo delas a comunicação ao fiscal do contrato sobre eventuais irregularidades e contratemplos ocorridos durante a execução.

10. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

10.1. São obrigações da Administração:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Fornecedor;

10.1.5. Efetuar o pagamento ao Fornecedor do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo,



forma e condições estabelecidos no contrato;

10.1.6. Aplicar ao Fornecedor sanções motivadas pela inexecução total ou parcial no contrato;

10.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Fornecedor;

10.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato, no Edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.2. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Administração, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade em Sistema de Cadastro de Fornecedores, o fornecedor deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.1.9. Paralisar, por determinação da Administração, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.10. Manter durante toda a vigência no contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

11.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

11.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

11.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo



complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11.1.16. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

12. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

13. DO REAJUSTE (art. 92, V)

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

13.2. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas pesquisas de mercado realizadas em meados de julho de 2023.

13.3. O reajuste deverá ser solicitado pelo contratado ou por qualquer dos signatários do contrato, de acordo com os índices e data-base indicados, formalizado mediante aditivo.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s). Secretaria de Administração, através do Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

13.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

14.1. Nos termos da Lei Municipal nº. 2.119 de 18 de janeiro de 2013 e demais legislações pertinentes à corresponsabilidade dos agentes públicos envolvidos, firma o presente contrato, juntamente com o Senhor Prefeito Municipal, a **Secretária de Assistência Social, Secretário de Esportes e Lazer, Secretária da**



Educação e Secretária de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano obrigando-se ao cumprimento do contido no art. 3º e incisos da referida Lei Municipal relativo ao objeto deste contrato.

14.2. Fica designada para fiscalização e acompanhamento da execução do contrato:

a) Secretaria de Assistência Social:

- Fiscal: Marcelo Fabri.
- Suplente: Camila Taiara Perachi.

b) Secretaria de Esportes e Lazer:

- Fiscal: Franz Menegasso.
- Suplente: Cesar Aparecido de Assis.

c) Secretaria da Educação:

- Fiscal: Vinicius Augusto Ayres dos Santos.
- Suplente: Fernanda Rocha de Queiroz.

d) Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento Humano:

- Fiscal: Marinaldo Rodrigues de Quadros.
- Suplente: Thiago Dall Oglio Vianna.

14.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Der causa à inexecução total do contrato;
- d)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou execução do contrato;
- i)** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

15.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

15.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

15.2.4. Multa:

- a)** Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- b)** Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho do contrato, no caso de inexecução



total ou parcial do objeto;

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

15.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

15.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

16. CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 720, de 05 de outubro de 2015.

16.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;



- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Toledo/PR., com renúncia de qualquer outro, para dirimir as dúvidas ou questões decorrentes deste contrato.

17.2. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato para que surtam todos os efeitos legais.

Toledo, ____ de _____ de 2024.

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO/CONTRATANTE

SEC DE

CONTRATADA